UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDU
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JANNY HELLEN DOS SANTOS SILVA

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL:
Refletindo os impactos da Educação Infantil no desenvolvimento da criança e os motivos da ausência escolar nessa etapa de ensino

Maceió – AL
2024

JANNY HELLEN DOS SANTOS SILVA

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL:
Refletindo os impactos da Educação Infantil no desenvolvimento da criança e os motivos da ausência escolar nessa etapa de ensino

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A.C. Simões, como pré-requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Marina Rebeca de Oliveira Saraiva.

Maceió – AL
2024

Catalogação na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Setorial Lúcia Lima do Nascimento - CEDU
Bibliotecário: Cláudio César Temóteo Galvino – CRB4: 1459

S586i Silva, Janny Hellen dos Santos.
Infância e educação infantil: refletindo os impactos da educação infantil no desenvolvimento da criança e os motivos da ausência escolar nessa etapa de ensino / Janny Hellen dos Santos Silva – 2024.
65 f.

Orientador: Marina Rebeca de Oliveira Saraiva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2024.

Bibliografia: p. 61-65.

1. Criança. 2. Infância. 3. Direitos da criança. 4. Educação infantil. 5. Ausência escolar. I. Título.

CDU: 372.4

JANNY HELLEN DOS SANTOS SILVA

INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL:
refletindo os impactos da Educação Infantil no desenvolvimento da criança e os motivos da ausência escolar nessa etapa de ensino

Trabalho de conclusão de curso – TCC – apresentado ao Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada.

Aprovada em 06 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora

_____
Profa. Dra. Marina Rebeca de Oliveira Saraiva

_____
Profa. Dra. Renata da Costa Maynart

_____
Profa. Dra. Ana Maria dos Santos

Maceió/AL
2024

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre acreditaram em mim, que foram os maiores incentivadores do meu sonho e que investiram tudo para que eu pudesse estudar — mesmo quando esse direito lhes foi negado. Todo esforço é por vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter me dado sabedoria para chegar até aqui, depois, a mim mesma por não ter desistido e ter acreditado no meu próprio potencial.

Agradeço aos meus pais, João e Rosineide, que nunca duvidaram de mim e me deram todo apoio e ajuda que eu precisei durante esses últimos cinco anos. Agradeço pela compreensão que tiveram com minha rotina corrida, com a ausência nos eventos familiares e com minha impaciência ao sentar em frente ao notebook.

Agradeço ao meu companheiro Luis por nunca duvidar da minha capacidade, por ter me dado forças e apoio, segurado minha mão e minhas lágrimas, por não ter me deixado desistir, por ter lido esse texto diversas vezes, e, acima de tudo, por ter sido meu porto seguro. Sem você tudo teria sido mais difícil, obrigada por me apoiar em cada escolha!

Agradeço a minha grande amiga Karine, por ter segurado minha mão e me incentivado a seguir com minha pesquisa. Sem você esse caminho teria sido bem mais árduo, obrigada por ter passado por tudo isso comigo!

Agradeço ao meu amigo e mentor Cleyton, por desde cedo ter me incentivado a estudar e iniciar a graduação — mesmo quando eu não me achava capaz de sequer ingressar no curso. Agradeço também por sempre me tirar da minha zona de conforto, ampliar minhas leituras e incentivar minha escrita acadêmica.

Agradeço à minha professora e orientadora Marina Saraiva, que desde o primeiro período me ajudou, me incentivou e me fez acreditar em mim. Ela, desde sempre, me acalmou e me fez compreender que a minha vida não precisava se apertar para caber nos padrões da universidade, que minha rotina não era um defeito, um problema, ou um empecilho. Graças a sua calmaria eu pude entender que eu poderia tornar a vivência nesse ambiente um pouco mais leve e fazer tudo que estava ao meu alcance, me dedicando sempre em ser boa no que eu me propunha a fazer.

Agradeço ao meu grupo de trabalhos acadêmicos por terem me ajudado nesse caminho e por terem me auxiliado na busca pela excelência acadêmica.

Por fim, agradeço também a todos aqueles que não acreditaram em mim, me subestimaram ou me humilharam nesses últimos anos, pois toda vez que eu ouvia que eu não conseguiria, eu unia mais forças e me alimentava de esperanças e fé. Então, de certa forma, todos aqueles que tentaram me desanimar só me

impulsionaram a chegar até aqui. Dito isto, serei eternamente grata a tudo e a todos que contribuíram para que eu conseguisse meu tão sonhado título docente.

“Todas as pessoas grandes foram um dia crianças – mas poucas se lembram disso.”

O Pequeno Príncipe.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo traçar o surgimento e efetivação do sentimento contemporâneo de infância (explanando diferentes marcadores que definem essa vivência), utilizando-se da etimologia de palavras como criança e infância para traçar uma linha explicativa que conta o percurso percorrido até que fossem criadas e efetivadas leis que garantem e protegem os direito desses sujeitos à saúde, educação, alimentação, moradia, lazer, etc. Além disso, será levantado ao longo do texto alguns motivos que levam as crianças em idade pré-escolar a não frequentarem essa instituição, utilizando relatos e vivências da autora para exemplificar como a creche e a pré-escola ainda é incompreendida — e também refletir sobre como as situações de risco e vulnerabilidade social podem impactar na ausência dessas crianças nesse espaço de socialização.

Palavras-chave: Criança; Infância; Direitos da criança; Educação infantil; Ausência escolar;

ABSTRACT

This paper aims to trace the emergence and implementation of the contemporary feeling of childhood (explaining different markers that define this experience), using the etymology of words such as child and childhood to outline an explanatory line that tells the story of the path taken until laws were created and implemented to guarantee and protect the rights of these individuals to health, education, food, housing, leisure, etc. In addition, some reasons that lead preschool-age children to not attend this institution will be raised throughout the text, using the author's accounts and experiences to exemplify how daycare and preschool are still misunderstood — and also to reflect on how situations of risk and social vulnerability can impact the absence of these children in this space of socialization.

Keywords: Child; Childhood; Children's rights; Early childhood education; School absence;

RESUMEN

El presente trabajo pretende rastrear el surgimiento e implementación del sentimiento contemporáneo de infancia (explicando diferentes marcadores que definen esta experiencia), utilizando la etimología de palabras como niño e infancia para trazar una línea explicativa que cuente el camino recorrido hasta su creación. e implementó leyes que garantizan y protegen los derechos de estos sujetos a la salud, la educación, la alimentación, la vivienda, el ocio, etc. Además, a lo largo del texto se plantearán algunas razones que llevan a los niños en edad preescolar a no asistir a esta institución, utilizando los relatos y experiencias de la autora para ejemplificar cómo la guardería y el preescolar aún son incomprendidos – y también reflexionar sobre cómo las situaciones de riesgo y vulnerabilidad social pueden impactar la ausencia de estos niños en este espacio de socialización.

Palabras clave: Niño; Infancia; Derechos del niño; Educación de la primera infancia; Ausencia escolar;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 — RODA DOS EXPOSTOS..... 38
FIGURA 2 — DIREITOS DE APRENDIZAGEM..... 47
FIGURA 3 — CHARGE SOBRE ENSINO DOMICILIAR 55

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 — GRÁFICO SEL 30
GRÁFICO 2 — PRINCIPAIS MOTIVOS DE NÃO FREQUÊNCIA À CRECHE..... 49
GRÁFICO 3 — PRINCIPAIS MOTIVOS DE NÃO FREQUÊNCIA ESCOLAR DE CRIANÇAS DE 4 A CINCO ANOS..... 50

LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CASEL	Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning
CF	Constituição Federal
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAI	Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasi
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMEP	Organização Mundial para a Educação Pré-escolar
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SAM	Serviço de Assistência a Menores
SEL	Social and Emotional Learning
SSP/AL	Segurança Pública de Alagoas
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13

2 INFÂNCIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL 16

2.2 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS 19

2.3 AS FASES DO DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA 24

3 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL 31

3.1 A NOVA INFÂNCIA E SUAS PARTICULARIDADES **..... 31**

3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIREITO DA CRIANÇA E UM DEVER DO ESTADO 36

4 PENSANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL E A AUSÊNCIA ESCOLAR 45

4.1 POR QUE AINDA HÁ CRIANÇAS FORA DOS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL? 48

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 59

REFERÊNCIAS 61

1 INTRODUÇÃO

O presente texto trata-se de uma revisão bibliográfica que perpassa pelo surgimento do sentimento da infância tal qual conhecemos hoje, pelo conceito de criança e a pluralidade de vivências dentro desse período etário, pela importância da Educação Infantil nessa fase da vida, até chegar em uma reflexão que busca levantar os motivos pelos quais levam algumas crianças em fase pré-escolar não estão matriculadas em creches e pré-escolas.

O interesse pela temática surgiu a partir de algumas experiências particulares, como familiares que optaram por não inserir seus filhos nas creches e pré-escolas por não achar uma etapa tão importante e educadoras que me trouxeram a reflexão em torno das condições familiares que levam as crianças a não irem para escola. Com a presente pesquisa pude perceber que os motivos pelos quais essas crianças acabam não estando nesse ambiente são muito variados, indo desde a falta de vagas até à receio de expor as crianças a situações de perigo.

Para iniciar esse trabalho resolvi começar por uma fundamentação teórica que me desse embasamento para levantar as questões presenciadas ao longo desses quatro anos de curso. Para tanto, trago a definição de Infância e Criança, pautados em autores como Phellipe Ariès e Simone Cartaxo para que entendamos a definição escolhida para nortear o presente trabalho. Nesse texto trarei a criança como um sujeito de direitos, autônomo e com liberdade de participar ativamente nas situações que digam respeito a sua vida.

Durante a pesquisa bibliográfica, usei especialmente o Scielo e o Google Scholar como sites de busca para textos acadêmicos. Como “infância” é um termo muito amplo, fui especificando ainda mais os termos utilizados para realizar a pesquisa. Muita literatura se acha ao buscar sobre infância e educação infantil, trazendo variados conceitos e funções diferentes para ambos os termos/vivências, contudo, ao juntar esses marcadores com os termos “ausência escolar” e “evasão escolar”, se tornou bem mais difícil.

Ao buscar no Scielo e no Scholar sobre ausência escolar encontrei diversos textos que abordam essa situação, entretanto, a maior parte deles refere-se a Educação Física e a Educação Fundamental. Desta forma, dentro dos marcadores “ausência escolar na primeira infância”, “evasão na educação infantil”, “crianças fora

da escola", "ausência pré-escolar", não achei textos que atendessem ao que eu procurava para alimentar a presente pesquisa, portanto, utilizei os termos separadamente para coletar informações que me auxiliassem a encorpar minha pesquisa e meus pensamentos, visto que quando o assunto é a ausência escolar durante a Educação Infantil, torna-se campo de pesquisa a falta de vagas em creches e escolas públicas, porém, esse não era meu único objetivo ao falar dessa temática.

Para alimentar o presente texto, utilizei brevemente de conceitos da psicologia (Constituição do Sujeito na Psicanálise) para entender o desenvolvimento infantil durante a descoberta da criança como sujeito individual, das leis nacionais e internacionais sobre a infância e de documentos norteadores dessa etapa para entender quais são os direitos legais das crianças, também bebi do corrente sociointeracionista para explicar a importância da Educação Infantil no desenvolvimento da criança na primeira infância, além de utilizar dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para compor a linha de pensamento e explicação dos motivos que levam algumas crianças em idade pré-escolar a estarem fora da instituição de socialização.

Dito isto, a presente pesquisa está dividida em três capítulos que trazem a trajetória histórico-social que a infância e a criança pequena enfrentaram até serem reconhecidas como etapa ímpar.

A primeira parte intitulada como "Infância: uma construção social" está dividida em três tópicos que trazem uma contextualização histórica da compreensão social da infância, da criança e do desenvolvimento infantil. Durante esse tópico é abordado como a sociedade muda a compreensão de infância de acordo com os interesses sociais, apontando também que a criança nem sempre foi considerada um sujeito de direitos (sendo vista anteriormente apenas como propriedade familiar) e finaliza trazendo as particularidades do desenvolvimento desse sujeito — que já demonstra suas especificidades desde a fase pré-natal.

O segundo tópico, por sua vez, traz a relação entre a infância e a etapa de ensino que conhecemos como Educação Infantil. Essa segunda parte divide-se em dois tópicos que retratam que a nova compreensão da criança também apontou novos cuidados para com esse sujeito, além de enfatizar que a Educação Infantil surgiu de forma elitizada, chegando para as crianças mais pobres apenas séculos depois de uma assistencialista que visava garantir a permanência da mão de obra feminina nas indústrias.

Após a discussão sobre como a Educação Infantil surge e qual seu caráter social, entende-se que essa etapa de ensino é, acima de tudo, um direito da criança. Isto posto, o último tópico do presente trabalho traz reflexões em torno da não frequência escolar de crianças dos seis meses até os seis anos incompletos. Ora, se existem leis que tornam essa etapa escolar obrigatória e se socialmente ela é vista como um direito da criança e um dever do Estado, quais são os motivos que levam esses sujeitos a serem privados da socialização com seus pares? Ainda mais quando compreende-se essa etapa como crucial no desenvolvimento pleno da criança pequena?

Gostaria de salientar que nessa durante todo o texto eu faço referência direta a fatos experienciados por mim durante esses últimos quatro anos de formação — tanto no âmbito profissional, quanto no âmbito pessoal. É importante frisar que a temática surge justamente devido essas vivências que me fizeram questionar os motivos pelos quais algumas crianças estão fora do lugar historicamente foi pensado para elas (mesmo que em contextos diferentes). Portanto, no presente trabalho aciono lugares muito sensíveis da minha vida, levantando principalmente o marcador social para responder esta questão.

2 INFÂNCIA: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Antes da idade média pouco se falava sobre as idades e/ou fases da vida, nesse período a idade de uma pessoa não era considerada algo importante ao ponto de ser memorizada e/ou comemorada — foi só em meados do século XVI que ela passou a ganhar maior reconhecimento, sendo assim, pouco havia distinção entre uma criança e um adulto. De acordo com Ariès a repentina importância dada a faixa etária dos indivíduos se deu pela necessidade de uma nova forma de precisão na identificação de uma pessoa, uma vez que com o aumento da população o nome e o sobrenome já não eram mais suficientes para se referir a alguém (Ariès, 1981, p. 30).

Foi junto com essa nova importância da idade que surgiu a classificação das fases da vida, onde Phellipe Ariès vai falar que os estudiosos da idade média passaram a criar divisões para as etapas que vivenciamos. O autor traz duas dessas segmentações, onde primeiro ele apresenta que os autores da idade média separam a vida em 6 etapas, sendo elas: infância, puerilidade, juventude, adolescência, velhice e senilidade (Ariès, 1981, p. 33), e depois apresenta a divisão criada por *Le Grand Propiétaire de Toutes Choses*, que consiste em sete etapas/fases da vida, onde

> "A primeira idade é a infância [...] e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante. [...] Após a infância, vem a segunda idade… chama-se pueritia e é assim chamada porque nessa idade a pessoa é ainda como a menina do olho, como diz Isidoro, e essa idade dura até os 14 anos.
> Depois segue-se a terceira idade, que é chamada de adolescência, que termina, seguindo Constantino [...], no vigésimo primeiro ano, mas, segundo Isidoro, dura até 28 anos… e pode estender-se até 30 ou 35 anos. [...] Depois segue-se a juventude, que está no meio das idades [...] e essa idade dura até 45 anos, segundo Isidoro; ou até 50, segundo outros. [...] Depois segue-se a senectude [...] que está no meio do caminho entre a juventude e a velhice. [...] Após essa idade segue-se a velhice que dura, segundo alguns, até 70 anos e segundo outros, não tem fim até a morte. [...] A última parte da velhice é chamada senies [...] o velho está sempre tossindo, escarrando e sujando [...] até voltar a ser a cinza da qual foi tirado". (Le Grand Propiétaire de Toutes Choses *Apud* Ariès, 1981, p. 36).

Outro exemplo de como as fases da vida eram classificadas vem na obra As crianças e as idades da vida, escrita pela Doutora em História Isabel Sá em 2011, onde a autora traz para diálogo o primeiro dicionarista português, padre Rafael Bluteau, que em seu dicionário segmenta as idades em seis denominações, sendo elas: criatura, menino, menor, moço, moça e homem moço. Sá vai explicar que

Criatura é a criança que ainda está no ventre de sua mãe; Menino é aquele que antecede os sete anos e também aquele que vai até os 14; Menor é o filho-família, ou seja, aquele que vem de uma família rica mas ainda não tem idade para administrar os bens; Moço era aquele que tinha entre 14 e 25 anos, mas também era como denominavam-se todos os criados; Moça era a jovem mulher que havia saído da infância; e Homem moço refere-se a qualquer rapaz entre 25 e 40 anos. (Sá, 2011, p. 75).

Ainda há na literatura diversas formas diferentes de dividir as fases da vida de um ser humano, sendo estas etapas sempre pautadas nas concepções de sociedade e na compreensão que cada época tem em cima da função dos indivíduos. Como entre a idade média e a idade moderna a mortalidade infantil ainda era algo muito comum, pouco (ou quase nada) se falava sobre infância e criança, citando ainda menos a afetividade nas relações adulto-criança.

Nessa época era muito comum as crianças morrerem por doenças que hoje tem tratamentos simples, como gripes e resfriados, e devido a isto até que a criança "vingasse" era como se fosse um ser alheio à família. Sá exemplifica essa normalização da morte precoce quando traz em seu texto que após o nascimento as parteiras e comadres tinham a permissão de ministrar um batismo de emergência, ou como ela chama, um *sub conditione*, com objetivo de que as crianças que não sobrevivessem logo após o parto não ficassem vagando pelo limbo — já que era considerado que socialmente a criança só passava a existir após o batismo (Sá, 2011, p. 77).

Pancino e Silveria (2010, p. 186) relatam em seu artigo "pequeno demais, pouco demais" que era muito comum ter a consciência um tanto fatalista de que uma criança podia estar presente em um dia e no dia seguinte não estar mais. Por se ter essa sensação de que a criança ainda não era um membro efetivo da família e que já era esperado o seu possível falecimento, o sentimento de infância existente naquela época era bem diferente do que estamos acostumados hoje. Cabe ressaltar ainda que mesmo que essa compreensão fosse diferente, quando falamos do surgimento do sentimento da infância não estamos falando necessariamente sobre afetividade com as crianças (porque mesmo sendo diferente da forma que somos hoje, o afeto para com esses sujeitos existia dentro da realidade da sociedade daquela época), o surgimento da infância retrata na verdade a diferenciação entre criança e adulto, é

quando começa-se a diferenciar essa etapa da vida e vê-la como algo que tem o fim em si próprio, uma fase com suas particularidades e necessidades específicas.

Nós estamos acostumados a entender as crianças como seres frágeis que precisam de proteção, onde nosso papel é prover não só alimentação e moradia, mas também amor, respeito e cuidado. Contudo, é importante ressaltar que esse sentimento é relativamente novo e que antes do século 16 ele era inexistente.

Para Mariano Narodowski (1993, p. 114), em sua tese “Infancia y poder: La conformación de la pedagogía moderna” a nova concepção de infância está pautada em duas afirmações, sendo elas a constatação de um conjunto de carências (a falta de autonomia e sabedoria das crianças quando comparado aos adultos) e a observação de que são objetos de operações fundamentais: campo de estudo e análise. Portanto, para ele a infância é construída socialmente e não um fenômeno natural.

Se pararmos para analisar como a infância que conhecemos hoje foi construída através da compreensão de que as crianças são o futuro do mundo entenderemos completamente o que Narodowski quis dizer. Enquanto a mortalidade infantil era apenas um fato incontestável, as crianças eram apenas seres com pouca importância até a chegada da sua mocidade, por isso, para garantir que uma família prosperasse, as mulheres deveriam ter muitos filhos — uma vez que acreditava-se que a maior parte deles se quer sairiam da infância.

Ariès traça uma linha cronológica para demonstrar como surgiu esse sentimento da criança como um ser especial, onde ele vai explicar que antes do século XIV era impossível diferenciar uma criança de um adulto nas pinturas se não apenas por seu tamanho levemente reduzido, já que não contavam com nenhuma feição infantil. As crianças eram desenhadas como pequenos adultos e se vestiam de igual maneira, já que durante a Idade Média vestia-se indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social (Ariès, 1981, p. 70).

Ser criança antes da idade contemporânea nada mais era do que ser um adulto em miniatura, sem ter suas especificidades respeitadas e muito menos os seus direitos garantidos. É necessário ressaltar que antes do século XX a criança era vista como responsabilidade única e exclusivamente da família, não tendo a sociedade nenhuma obrigação com o bem estar desse sujeito.

2.2 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

Se para entender o desenvolvimento infantil e as especificidades da infância já foi um longo caminho percorrido, para garantir e preservar os direitos infantis o percurso foi ainda mais longo e árduo. Até meados do século XIX leis que preservassem a infância eram inexistentes, um exemplo disso é o caso da menina Mary Ellen Wilson.

De acordo com o blog de notícias Aventuras na História, Mary Ellen nasceu em 1864 e foi deixada sob os cuidados do Departamento de instituições de caridade de Nova York quase dois anos depois do seu nascimento. Em pouco tempo a menina foi adotada por um homem que dizia ser seu pai biológico — e que pouco tempo depois veio a falecer. Com seu falecimento a menina ficou sob cuidado da viúva Mary Connolly e a partir daí foi negligenciada, sofreu maus tratos e agressões durante boa parte de sua infância. Perturbados com a situação da menina, os vizinhos procuraram a missionária metodista Etta Angell Wheeler para tentar ajudá-la. Como na época não havia leis de proteção à infância, Etta teve que apelar para um defensor dos direitos animais e juntos eles conseguiram tirar a menina de sua mãe adotiva e livrá-la dos maus tratos frequentes.

Considerando o que foi exposto acima, é possível notar que foi só a partir da compreensão da infância como uma parte isolada da vida que se iniciou o questionamento sobre o dever da sociedade na proteção desses sujeitos. Antes do século 20 não existiam leis que protegessem as crianças do trabalho infantil, do abuso físico, psiciológico e/ou sexual, nem que as garantisse direito a vida, saúde, segurança e educação.

De acordo com o curta metragem “O Menino que Não Queria Nascer” produzido pelo instituto Alana em 2014, a primeira menção de preocupação para com os direitos da crianças surge em 1919, ano em que aconteceu a primeira Organização Internacional do Trabalho (OIT) e que estabeleceu seis convenções sobre os direitos trabalhistas, citando no texto mulheres, crianças e idosos. Rossato e Lépore (2014, p. 44) explicam que

> A primeira Conferência Internacional do Trabalho, promovida no ano de 1919, resultou na aprovação de seis convenções, atendendo aos reclames de sindicatos e da classe operária do final do século XIX e início do século XX, quais sejam: limitação da jornada de trabalho, proteção à maternidade, proteção ao desemprego, proibição do trabalho noturno de menores de 18

> anos, e definição da idade mínima de catorze anos para o trabalho na indústria. As duas últimas convenções podem ser consideradas os primeiros documentos internacionais que, de forma específica, promoveram a defesa dos interesses da criança.

Embora seja possível notar os primeiros passos da luta pela proteção das crianças e adolescentes em 1919 com a primeira OIT, foi só cinco anos depois que surgiu o primeiro documento que garantia os direitos das crianças e os deveres da sociedade para com a infância: a Declaração de Genebra sobre os Direitos das Crianças. A declaração de Genebra publicada em 26 de setembro de 1924 estabeleceu cinco artigos que trazem os primeiros direitos infantis reconhecidos por lei, declarando que

> Artigo 1: A criança deve ser colocada em condições de se desenvolver de maneira normal, material e espiritualmente.
> Artigo 2: A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser cuidada; a criança que está atrasada deve ser encorajada; a criança em conflito com a lei deve ser recuperada; a criança órfã e abandonada deve ser recolhida e resgatada.
> Artigo 3: A criança deve ser a primeira a receber ajuda em caso de perigo.
> Artigo 4: A criança deve ter meios de subsistência e deve ser protegida contra toda exploração.
> Artigo 5: A criança deve ser educada com o sentimento de que suas melhores qualidades devem ser colocadas a serviço do próximo. (DECLARAÇÃO, [s.d.]).

Foi com a garantia de proteção para o desenvolvimento pleno, cuidados físicos e psicológicos, prioridade em situação de emergência e vulnerabilidade, além da proteção contra maus tratos e exploração que surgiram os decretos pioneiros sobre os direitos concedidos à infância.

De acordo com a linha cronológica sobre os direitos da infância (disponível no site do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas) vinte e dois anos após a publicação da Declaração de Genebra, a UNICEF (do inglês United Nations International Children's Emergency Fund) foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (hoje conhecida como a Organização das Nações Unidas — ONU). A UNICEF foi criada com o intuito de atender as necessidades emergenciais das crianças em um período pós guerra — já que sua fundação data um ano após o final da Segunda Guerra Mundial. Até hoje essa organização continua sendo um dos órgãos mais efetivos quando o assunto é proteção de crianças e adolescentes, estabelecendo políticas públicas e garantindo o direito à proteção, alimentação e desenvolvimento infantojuvenil.

Dando continuidade a caminhada pelo reconhecimento da infância como uma fase da vida com a qual o Estado tem o dever de proteger, foi em 1948 que a Declaração Internacional dos Direitos Humanos foi publicada pela ONU, estabelecendo em seu vigésimo quinto artigo que “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social” (Assembleia Geral da ONU, p. 4, 1948), assegurando direitos básicos à vida desse sujeito. Cabe lembrar que o primeiro caso documentado sobre situações de maus tratos infantis aconteceu na década de 60 do século dezenove e só depois de meio século desse episódio as leis de proteção à criança e adolescente começaram a serem reconhecidas mundialmente.

Em 1953 a UNICEF passou a fazer parte permanentemente da Organização das Nações Unidas, tendo seu nome mudado para Fundo das Nações Unidas para a Infância — contudo a sigla UNICEF permanece até os dias atuais. Outro grande marco na história dos direitos da criança aconteceu em 1959 com a adoção da Declaração dos Direitos da Criança. O documento conta com dez artigos que reconhecem e estabelecem alguns direitos infantis, entre eles, o direito a ter um nome e nacionalidade; a receber proteção, liberdade, dignidade, amor e compreensão; direito a saúde e recreação (o direito à brincadeira); direito a educação, proteção à negligência e à discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra forma, etc.

A valorização da infância no nosso país aconteceu de forma gradativa e só no final do século dezenove foi criado um órgão voltado para proteção dessa fase. No final da década de 90 do século XIX surge o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil (IPAI), um órgão criado por Moncorvo Filho e que tinha como um dos seus objetivos lutar pela criação de leis que regulassem a vida e a saúde de recém nascidos, além de atender as crianças pobres. Inicialmente, esses órgãos desenvolvidos para o atendimento da criança tinham um caráter não só assistencialista, como também higienista e visavam garantir em especial a sobrevivência desses sujeitos.

No Brasil a primeira lei sobre infância surge em 1927, sendo ela a Lei de Assistência e Proteção aos Menores (popularmente conhecida como Código de Menores). O Código de Menores estabelece uma série de artigos que vão tratar desde os deveres do Estado para com os menores abandonados, até a perda da tutela da criança por comprovação de negligência familiar. É importante ressaltar que o Código de Menores foi atualizado 52 anos após sua criação, estabelecendo as bases do atual

Estatuto da Criança e do Adolescente — ainda assim, muito do Código de Menores não está mais em vigor nos dias de hoje, vigorando ainda poucas coisas deste documento, entre elas a Maioridade Penal (aos dezoito anos de idade) e a ideia de proteção integral à infância. Quatro anos após a criação do Fundo das Nações Unidas, a UNICEF assina seu primeiro documento junto ao governo Brasileiro, com o objetivo de defender os direitos das crianças.

Um grande marco dos direitos da criança no Brasil foi o artigo 227 da Constituição Federal de 1988. A Constituição Cidadã por si só já é o marco do retorno da democracia brasileira (uma vez que ela surge após vinte e um anos da ditadura militar), mas consigo ela trouxe o artigo que declara que é

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988).

Compreendido como um direito da criança e um dever da Sociedade e do Estado, as obrigações, o cuidado e a atenção para com a infância passam a ser garantidas nacionalmente, permitindo assim que em solo brasileiro a criança tenha o direito de estudar, brincar, acessar cultura, ser respeitada, etc. Dois anos depois da publicação da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) entra em vigor e passa a reger tudo que diz respeito à infância.

O ECA traz em seu texto um conjunto de normas sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, portanto, é um dos documentos mais importantes no que diz respeito à infância no Brasil. Dentre os artigos mais conhecidos do Estatuto da Criança e do Adolescente está o artigo 15 e 16 do documento, que dizem que

> Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
>
> Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:
>
> I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
>
> II - opinião e expressão;
>
> III - crença e culto religioso;
>
> IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
>
> V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

> VI - participar da vida política, na forma da lei;
> VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Ademais, embora para nós alguns dos direitos citados acima pareçam óbvios, nem sempre foi assim que aconteceu. Infância e dignidade por muito tempo não andaram lado a lado e a luta pelos direitos das crianças foi (e continua sendo) um longo caminho marcado por muitas histórias como a da Mary Ellen Wilson.

Por muito tempo as crianças foram tratadas como objetos pertencentes a sua família (biológica ou adotiva) e como sujeitos não detentores de direitos. O documentário A Invenção da Infância, organizado pelo Ministério da Cultura e dirigido pela cineasta Liliana Sulzbach nos anos 2000, traz uma reflexão sobre como a infância é uma construção social, e que embora hoje ela seja conhecida como a idade de ouro que em tese é a fase “perfeita, protegida e segura”, não há apenas um tipo de infância e que ela pode ser vivida de várias formas diferentes.

A média-metragem explica que um dicionário Francês do século XVIII define criança como um termo usado para saudar ou agradar alguém, além disso, o documentário traz à tona a realidade de dois tipos de infâncias: de um lado, crianças com direito a educação e lazer, de outro, crianças que são obrigadas a irem trabalhar logo cedo e acabam sendo privadas de um dos seus direitos básicos: a brincadeira.

Isto posto, é possível compreender a infância como uma vivência particular de cada sujeito, sendo assim, conseguimos entender que ela é uma experiência plural. Quando se pensa em infância, de forma geral e universal, se pensa em crianças — comumente em crianças brincando. Contudo, por ser uma fase plural ela não funciona da mesma forma para todos os sujeitos, tendo diversos marcadores que diferem sua experimentação.

A forma de vivenciar a infância é determinada pelos marcadores que a cercam, sejam eles marcadores de gênero, econômico e/ou social. Vejamos só um exemplo disso: se analisarmos duas crianças da mesma faixa etária, mas de gêneros opostos veremos que existem muitas diferenças sobre a forma que cada um experimenta essa fase, seja diferença no tratamento social, nas brincadeiras que são convidadas a participar e/ou nos brinquedos que ganham. Para entendermos melhor, ao pensar em presentear uma menina logo se pensa em bonecas, panelinhas e objetos domésticos em miniatura que, sutilmente, a "prepararam" para a vida do lar. Contudo, ao presentear garotos da mesma idade, é comum que seja ofertado brinquedos como

carros, motos, bicicleta, skate, entre outros, que por muitas vezes os coloquem em situações de experimentação dos seus próprios corpos e dos espaços que o cercam — enquanto a menina, criada para ser mais recatada, não deve se expor tanto.

Outro marcador muito importante de ser citado que define como a infância vai ser vivida é a situação econômica da família a qual a criança faz parte. Isso vai definir se ela terá o seu direito à brincadeira respeitado de forma integral, parcial ou nulo. É lei que nenhuma criança deve trabalhar, e que, após os 14 anos (e antes da maioridade) esses sujeitos só podem ser submetidos a função de aprendiz — com carga horária reduzida. Contudo, é comum presenciar casos de crianças vendendo balas no sinal de trânsito, trabalhando em barracas de doces/legumes, e em situações que os exponham ainda mais. Isso acontece porque crianças pobres acabam tendo o "dever" de contribuir em casa, seja com dinheiro para pagar contas e/ou comida — o que além de interferir na sua infância e no seu brincar, também interfere no seu processo de escolarização.

Sendo assim, agora que entendemos que a infância é uma experiência particular de cada indivíduo, e que, todos nós somos pessoas únicas que vivem em contextos diferentes, entendemos também que não é possível se falar apenas de um único tipo de infância, sendo melhor defini-la como infâncias (no plural). Isto posto, ser criança não significa necessariamente ter uma vivência infantil durante sua infância e, muito menos, ter seus direitos garantidos, pois mesmo que hoje existam diversas leis que deem aparato legal na preservação da infância e que minimizem casos de abuso e maus tratos infantil, infelizmente eles ainda acabam acontecendo. Os direitos da criança — mesmo que hoje sejam entendidos como primordiais — ainda são desrespeitados, e muitas crianças ainda acabam por ter o seu direito de brincar, estudar, ter acesso a cultura e liberdade negados.

2.3 AS FASES DO DESENVOLVIMENTO NA INFÂNCIA

Depois de ser reconhecida como uma etapa particular da vida, os estudos sobre a infância se ampliaram e ela começou a ser vista sob um olhar especial e cuidadoso, é a partir daí que surge a divisão da infância em quatro etapas: o estágio pré natal, a primeira, segunda e terceira infância.

O estágio pré natal ocorre desde a concepção até o nascimento do bebê, sendo assim, é o período de cuidados que visa garantir que a gestação seja segura tanto para a criança, quanto para a nova mamãe. O pré-natal costuma começar desde o momento da descoberta da gestação até o parto, sendo possível ter esse acompanhamento médico especializado nos postos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e garantindo uma série de medidas que possibilitem uma boa formação do feto e diminuam as chances de uma gravidez de alto risco. Ademais, de acordo com o site da Unimed Campinas a periodicidade das consultas pré-natais acontece

> [...] inicialmente, uma vez por mês (até a 28ª semana de gravidez). Depois desse período, de quinze em quinze dias (entre a 28ª e a 36ª semana). Já no final, semanalmente (a partir da 37ª). (Unimed Campinas, [s.d]).

Com o nascimento do bebê encerra-se esse primeiro ciclo, iniciando então a fase que chamamos de Primeira Infância.

De acordo com uma publicação do Ministério da Saúde ([s.d]) “a primeira infância é o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança”. Definindo também essa etapa da vida a prefeitura de Cascavel (Paraná) em 2017 organizou o módulo intitulado “Família, Infância e Proteção Social Básica” com o intuito de apresentar aos educadores um pouco sobre a história da infância e suas particularidades. No módulo em questão os organizadores dividem as três infâncias da seguinte maneira:

> - Primeira infância: dos 0 aos 3 anos
> - Segunda infância: dos três aos seis anos de idade
> - Terceira infância: dos seis à aproximadamente 12 anos de idade (Prefeitura de Cascavel, 2017, p. 41).

Aqui não iremos repartir tão enfaticamente essa fase da vida, mas perpassaremos um pouco sobre os desenvolvimentos que ocorrem com a criança, em especial, até o fim da chamada segunda infância (aproximadamente seis anos de idade).

A fase que chamamos de primeira infância inicia-se como uma fase dos bebês e é uma etapa que tem suas particularidades ainda mais específicas quando pensada junto às outras infâncias. Isso acontece porque inicialmente o bebê não entende que ele É um corpo e que ele não faz mais parte da sua mãe — gostaria de ressaltar o fato do bebê SER um corpo porque durante uma das formações pedagógicas que

participei no processo de seleção para assumir uma vaga em uma instituição de desenvolvimento infantil a formadora Letícia Barros levantou a seguinte questão: o bebê *é* um corpo ou ele *tem* um corpo? A pergunta causou uma grande discussão na qual entendemos que ao nascer tudo que o bebê tem é seu próprio corpo, não compreendendo ainda o mundo ao redor, então, por ainda não haver a distinção do que ele tem e do que ele é, o bebê é um corpo e isto é tudo que o pertence no primórdio de sua vida.

Para o bebê a sua relação com sua genitora é uma ligação quase que simbiótica, mas pouco a pouco ele vai entendendo que “nasceu para vida” e passa a experimentar o mundo à sua volta.

Em meados do século XX algumas correntes de estudo da psicanálise pós Freudiana já discorriam sobre a chamada “Constituição do Eu”. Em um estudo realizado sobre a Constituição do Sujeito na Psicanálise, Sbardelotto, Ferreira, Peres e Oliveira (2016) explicam que

> Ao nascer, estão presentes no bebê os instintos, os quais estão ligados à manutenção da vida e que buscam ser satisfeitos. Para que haja a satisfação dos instintos é necessário um objeto do mundo externo, um objeto real, pelo qual ele obterá sua finalidade que é a satisfação. (Sbardeloto et al, 2016, p. 114).

Sendo assim, para essa linha de estudo o bebê nasce com o instinto de manutenção da vida, tendo impulsos primários como o choro e a fome, mas pouco a pouco o sujeito vai se desenvolvendo e criando mais impulsos, como o de se comunicar e o de trocar afeto com seus tutores e responsáveis.

É importante compreender como se dá a descoberta do Eu para a criança, sendo assim, um curta metragem chamado Virando Gente foi publicado no canal Mostra de Cinema Infantil em 2021 com o propósito de clarear um pouco mais esse processo de descoberta. No filme monta-se uma espécie de linha cronológica do desenvolvimento nessa primeira infância, nele é explicado que a descoberta do sujeito não se dá em um único momento, mas acontece aos poucos a partir da sua interação com o mundo ao seu redor.

A infância é marcada por diversos tipos de desenvolvimento, sejam cognitivos, motores e socioemocionais. No período da primeira infância em especial a criança desenvolve muito mais os aspectos motores e socioemocionais do que os cognitivos, uma vez que é nesse período que ela aprende a andar e começar a explorar e testar

o ambiente com suas mãos e bocas. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) ressalta que

> A neurociência comprova que o cérebro da criança pequena tem uma grande plasticidade, ou seja, está sempre aprendendo e é sensível a modificações, particularmente nos primeiros 1.000 dias, desde a concepção até os 2 anos de idade. Nesse período, o desenvolvimento cerebral ocorre em uma velocidade incrível: as células cerebrais podem fazer até 1.000.000 de novas conexões neuronais a cada segundo – uma velocidade única na vida. Essas conexões formam a base das estruturas que dão sustentação à aprendizagem ao longo da vida. É quando aprendemos as habilidades emocionais, cognitivas e sociais, e desenvolvemos nossa capacidade intelectual, aptidões e competências com maior facilidade. (DESENVOLVIMENTO, [s.d.])

Nessa fase a criança tem como eixo maior o seu desenvolvimento motor, trabalhando sua motricidade e suas habilidades de coordenação motora. Quando estimulada para a exploração ela consegue desenvolver-se plenamente e começa a ter uma ampla noção do espaço, do seu corpo e dos movimentos que é capaz de executar e de como lidar com situações que fogem do seu controle.

Vejamos, para entender melhor do que se trata esse desenvolvimento motor precisamos entender o que é o desenvolvimento da nossa motricidade e habilidades socioemocionais. Para explicar o que é motricidade, Kolyniak Filho (2010) vai dizer que ela

> refere-se, a sensações conscientes do ser humano em movimento intencional e significativo no espaço-tempo objetivo e representado, envolvendo percepção, memória, projeção, afetividade, emoção, raciocínio. Evidencia-se em diferentes formas de expressão – gestual, verbal, cênica, plástica, etc.

Sendo assim, a motricidade nada mais é do que os movimentos conscientes e intencionais que nós fazemos, seja o movimento de subir em um determinado espaço ou o movimento de abrir e fechar os dedos. Nós temos dois grandes eixos a serem trabalhados quando falamos de motricidade e são eles: a coordenação motora grossa e a coordenação motora fina.

Em um texto para a revista Crescer da rede globo, Gabriela Portilho (2021) explica que a coordenação motora grossa trabalha com a sincronização dos músculos com o cérebro, fazendo com que a criança seja capaz de saltar, pular e subir escadas; já a coordenação fina é a que lida com músculos menores e com movimentos mais delicados, como o movimento de pinça, a forma de segurar um lápis e o movimento

de encaixe. A autora ainda mostra como acontece o movimento motor de acordo com cada idade, de acordo com ela aos

> 6 meses: Passa brinquedo de uma mão para a outra. Alcança e segura objetos. Toca os pés. Pega comida na mão e come. Levanta os braços para ser carregada. Começa a sentar sem apoio. Eleva o tronco apoiada nas mãos. [...]
> 1-2 anos: Rabisca papel. Segura giz de cera com a mão toda. Pega pequenos objetos e os coloca dentro de um recipiente. Empilha blocos. Vira a página de um livro. Segura colher e tenta comer. Fica de pé sem ajuda. Aprende a andar e a correr. Sobe escadas segurando o corrimão. Inclina-se para pegar objetos e volta para a posição de pé. Inclina-se para a frente em brinquedos como cavalinhos e carrinhos. Arremessa e chuta a bola, mas sem exatidão. [...]
> 3-6 anos: Copia linhas e formas. Pega lápis ou caneta fazendo movimento de pinça com os dedos. Escreve o nome. Corta em cima da linha do papel. Começa a cortar formas com a tesoura. Veste-se e se despe de maneira independente. Abotoa e fecha zíperes. Alterna os pés nas escadas. Fica em um pé só. Pula sobre um pé só. Arremessa e chuta com exatidão e força. Progride na tarefa de andar de bicicleta. (Portilho, 2021).

Na transição entre a primeira e segunda infância é importante que a criança se desenvolva plenamente, estimulando as capacidades motoras e começando a ser estimulada cognitivamente. Nessa etapa não se espera que o sujeito se sente em uma carteira para ter aulas, mas já é possível estimular seu cognitivo dentro das suas brincadeiras, ampliando seu repertório a partir da interação com os objetos do espaço e suas formas, seu peso, seu tamanho e sua cor (sem a necessidade de interromper a brincadeira para dizer a criança que ela agora está aprendendo esses elementos).

Nessa etapa é quando a criança normalmente passa a ter contato com o ambiente escolar, seja em creches, espaços de desenvolvimento infantil ou até mesmo pré-escolas. É nesse contato com seus pares que ela começa a experimentar também novas sensações, como a sensação de insegurança por ficar um longo período longe dos seus tutores, o sentimento de frustração por ter que dividir o mesmo ambiente com outras crianças e ter sua atenção e brinquedos compartilhados, a euforia com as novas descobertas etc. E é por isso que o desenvolvimento das competências socioemocionais é tão importante nessa idade.

As competências socioemocionais são conhecidas como as habilidades de viver bem em sociedade, sabendo lidar com o outro e consigo mesmo. É a partir do desenvolvimento socioemocional que a criança vai aprender a lidar com perdas, com frustração, com suas emoções e entender os limites de seus pares e respeitá-los — uma vez que para viver bem socialmente é necessário ter essas habilidades bem

desenvolvidas na fase adulta. Desenvolver o socioemocional proporciona um desenvolvimento pleno ao sujeito, e deve ser trabalhado junto ao desenvolvimento motor e cognitivo — são habilidades que na infância precisam estar interligadas.

O Instituto Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning (CASEL) desenvolveu a estrutura que eles chamam de Social and Emotional Learning (SEL) — no português, Aprendizagem Socioemocional. O gráfico conta com cinco competências a serem desenvolvidas pela comunidade/sociedade, família e cuidadores, escolas e sala de aulas, sendo as seguintes capacidades: Autoconsciência, Auto Gerenciamento, Tomada de decisão responsável, Habilidades de relacionamento e Consciência social.

O artigo publicado pelo site do Instituto Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning define as habilidades citadas acima da seguinte forma:

> **Autoconsciência**: a capacidade de compreender as próprias emoções, pensamentos e valores e como eles influenciam o comportamento em todos os contextos. Isto inclui capacidades para reconhecer os próprios pontos fortes e limitações com um sentido bem fundamentado de confiança e propósito. [...]
> **Autogestão**: Habilidades de gerenciar emoções, pensamentos e comportamentos de maneira eficaz em diferentes situações e atingir metas e aspirações. Isto inclui a capacidade de adiar a gratificação, gerir o stress e sentir motivação e agência para atingir objetivos pessoais e coletivos. [...]
> **Tomada de decisão responsável:** a capacidade de fazer escolhas cuidadosas e construtivas sobre o comportamento pessoal e as interações sociais em diversas situações. Isto inclui a capacidade de considerar padrões éticos e preocupações de segurança, e de avaliar os benefícios e consequências de diversas ações para o bem-estar pessoal, social e coletivo. [...]
> **Habilidades de relacionamento**: As habilidades para estabelecer e manter relacionamentos saudáveis e de apoio e para navegar efetivamente em ambientes com diversos indivíduos e grupos. Isto inclui as capacidades de comunicar claramente, ouvir ativamente, cooperar, trabalhar em colaboração para resolver problemas e negociar conflitos de forma construtiva, navegar em ambientes com diferentes exigências e oportunidades sociais e culturais, fornecer liderança e procurar ou oferecer ajuda quando necessário. [...]
> **Consciência social:** a capacidade de compreender as perspectivas e ter empatia com os outros, incluindo aqueles de diversas origens, culturas e contextos. Isto inclui a capacidade de sentir compaixão pelos outros, compreender normas históricas e sociais mais amplas para o comportamento em diferentes ambientes e reconhecer os recursos e apoios da família, da escola e da comunidade.

GRÁFICO 1 — GRÁFICO SEL

FONTE: CASEL [s.l.: s.d.]

Uma criança que aprende a lidar com seus sentimentos não tem medo de errar e passa a ser mais autoconfiante, ela começa a fazer suas escolhas dentro de seus interesses e passa a conviver bem junto a seus pares. Na infância todos esses fatores devem ser levados em consideração, não apenas o desenvolvimento cognitivo. Ao fim da segunda infância e com as capacidades listadas acima bem desenvolvidas as crianças passam a lidar com outros desafios (no qual não citarei aqui por não fazer parte do recorte do presente trabalho). A infância é uma fase crucial da vida, uma infância bem vivida possibilita um adulto com plena capacidade de viver em sociedade, de explorar, questionar, criar e lidar com suas emoções (boas e ruins).

3 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante o primeiro capítulo nos dedicamos a entender mais sobre o surgimento do novo sentimento de infância e sobre como acontece a descoberta da criança como um sujeito social detentor de direitos, entendendo a criança como protagonista da sua existência. Destarte, a partir de agora veremos como o novo sentimento da infância começa a trazer um olhar novo para as particularidades da criança, e como essa fase, mesmo agora sendo entendida como fase de ouro, é particular de cada sujeito.

Aqui também iremos observar o percurso percorrido para que a Educação Infantil se tornasse um direito da criança e um dever do Estado, nos debruçando um pouco mais sobre o que os documentos oficiais dizem sobre essa etapa de ensino e como ela passou e passa por diversas transformações de tempos em tempos — tudo isso em busca de compreender o seu papel no desenvolvimento pleno da criança.

3.1 A NOVA INFÂNCIA E SUAS PARTICULARIDADES

Como vimos anteriormente, o conceito de infância é relativamente novo e nem sempre a criança foi respeitada e tratada como um sujeito social, contudo, devido às mudanças ocorridas na sociedade nos últimos dois séculos surgiu-se um novo sentimento sobre a infância que passou a entendê-la como um período especial da vida. E assim como todo conceito, a definição de uma palavra muda de acordo com a fonte de busca e com o tempo no qual essa busca acontece. Sendo assim, para seguirmos adiante vejamos algumas definições do termo criança e infância, visando observar como esses termos podem mudar com o passar do tempo.

Começando pela definição de criança, relembremos o que foi dito no documentário “A Descoberta da Infância” sobre esse conceito. Aos oito minutos do filme, o narrador vai dizer que um dicionário francês do século XVIII diz que “criança é um termo cordial utilizado para saudar ou agradar alguém, ou levá-la a fazer alguma coisa. “– Minha criança, vá buscar meu copo; Um mestre dirá aos trabalhadores: vamos crianças, trabalhem [...]””. Essa definição do século dezoito traz a ideia da criança como uma extensão do algo ou alguém, como um sujeito não necessariamente infantil, mas que sempre tem um alguém como seu superior.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo segundo, ressalta que “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos” (BRASIL, 1990). Já o dicionário Dicio, por sua vez, explica que criança é aquele

> Quem está no período da infância, entre o nascimento e a puberdade; menino, menina.
> [Figurado] Pessoa muito jovem; quem não atingiu a idade adulta.
> [Figurado] Pessoa sem experiência; quem é ingênuo, inocente; jovem.
> Filho ou filha de alguém: tenho três crianças. (Dicio [s.d.])

O termo criança nem sempre teve haver com o infantil, como dito anteriormente, ele já foi empregado em saudações e também já foi usado apenas para se referir ao filho de alguém, por isso, o conceito desse termo é relativo e está diretamente ligado a como a sociedade compreende o papel desses sujeitos.

A infância, por sua vez, é definida pelo minidicionário Gama Kury (2010) como

> “s.f.d. 1. Idade da meninice. 2. Período de crescimento que precede a puberdade. 3. (Fig.) primeiro período de uma sociedade, de uma arte etc. **Primeira infância**. Período etário que se estende do nascimento aos 2 anos de idade; segue-se lhe a **segunda infância** que vai até os 7 anos, e a **terceira infância** destes até a puberdade.

e pelo dicionário online Michaelis (s.d) como “[...] O começo da existência de alguma coisa [...]; 5. (FIG) Estado de espírito em que não há malícia; credulidade, ingenuidade, inocência.”. O dicionário online “Dicio” ([s.d.]) também apresenta a infância como um “Período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos, até ao início da adolescência.”.

Sendo assim, é possível notar que ao ser conceituada a infância aparece como o período de vida de maturação de uma criança, ou seja, ela é retratada e resumida como um intervalo de tempo entre uma idade e outra, intimamente ligada ao nascimento/surgimento de algo ou alguém — e criança, por sua vez, é aquele sujeito que vivencia esse período de tempo. Porém, se formos adentrar com mais afinco ao

sentido dessa palavra, perceberemos que sua etimologia vem da palavra em latim *infantia*, advinda do verbo *fari (*falar*),* que é a junção das palavras *fan* = falante e *in* = verbo de negação, significando então “indivíduo que ainda não é capaz de falar” (SIGNIFICADOS, [s.d.]).

A infância por muito tempo representou um grupo social de sujeitos que não eram protagonistas das suas vidas, demarcando as crianças sempre pelas ausências presentes nessa fase da vida (ausência da fala, do andar, da efetivação de pensamentos e atitudes lógicas e racionais, etc.). Contudo, junto ao novo sentimento da infância que Ariès explicou ser fruto de uma nova compreensão do papel da criança na sociedade (“o futuro da nação”) e da diminuição da taxa de mortalidade infantil entre o século XVIII e XIX, a criança passou a ser entendida como sujeito de direitos e protagonista da sua vida.

Sendo entendida agora como idade de ouro, a infância atualmente não só passou a ser respeitada, como também passou a ser cuidada por nós adultos. Foi devido a essa nova forma de compreensão da infância que começaram a surgir os primeiros indícios de preocupação com a forma de cuidar, preservar a integridade (física e emocional) e educar essas crianças — onde vale lembrar que até o século dezoito a criança era de responsabilidade exclusiva da família, e, portanto, por não haver do Estado nenhum dever com esses sujeitos, não existiam políticas públicas em prol destes pequenos.

Vejamos, desde sempre a infância foi uma fase plural, vivenciada de formas diferentes e sendo individual para cada sujeito. Contudo, a maior diferenciação entre as infâncias pode ser estabelecida a partir da seguinte divisão:

- Crianças vindas de famílias que tinham mais condições financeiras; e
- Crianças mais humildes onde o estudo e o lazer não eram exatamente uma opção.

O primeiro grupo na antiguidade se caracterizava por crianças que tinham amas de leite e que logo eram preparadas para assumir os negócios da família. Já o segundo, era composto pelos filhos das mulheres que serviam como amas e que trabalhavam para estas famílias, sendo criados para servir e trabalhar desde cedo. Quando paramos para analisar o primeiro enquadramento, conseguimos ver que nele há crianças que têm direito a brincar, praticar esportes, aprender hobbies diferentes

(dança, ballet, língua estrangeira, videogame), viajar, comer boas comidas, ter um suporte emocional normalmente mais efetivo, etc. Já no segundo grupo nós podemos perceber que se caracteriza por crianças que ou são de classe média-baixa, ou estão em situação de vulnerabilidade social. Esses sujeitos acabam tendo que começar a trabalhar muito cedo para ajudar em casa, seja carregando sacolas de compras dos vizinhos, vendendo na barraquinha da feira, vendendo bala no sinal ou em situações ainda piores.

É importante frisar que toda e qualquer situação o trabalho infantil é criminalisada e viola os direitos das crianças — e isso é regulamentado pelo sexagésimo artigo da lei 8.069 de 1990 (ECA) que diz que “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”. Dito isto, mesmo com uma porção de leis nacionais e internacionais criadas para proteger a infância, ainda há registro de casos de crianças em situação de vulnerabilidade social — e que devido a isso acabam começando a trabalhar logo cedo e perdem seu direito da infância. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, no Brasil cerca de “1,9 milhão de crianças e adolescentes com 5 a 17 anos de idade (ou 4,9% desse grupo etário) estão em situação de trabalho infantil” e apenas trinta e seis porcento das crianças entre zero e três anos estão matrículadas em creches e pré-escolas (PNAD, 2022, p. 12).

Vale relembrar que como dito anteriormente, nem sempre ser criança significa ter direito a vivenciar a infância. A infância por muito tempo andou distante da Educação Infantil tal qual conhecemos hoje (já que a educação da criança pequena era entendida como uma exclusivamente familiar), por isso, quando analisamos dados que apresentam a porcentagem de crianças na primeira infância que estão matriculadas em creches e pré-escolas percebemos que ainda estamos caminhando para consolidar essa etapa de ensino. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) de 2023 apresenta que a taxa de escolarização de crianças de 0 a 3 anos de idade em 2022 foi de 36% de acordo com o grupo de crianças dessa faixa etária e entre crianças de 4 a 5 anos a taxa é de 91%.

Mas ora, se por muito tempo a infância foi vista apenas como uma faixa etária, não é de se admirar que a compreensão dessa fase como primordial no desenvolvimento infantil tenha sido tão tardia, e que a ligação entre essa etapa da

vida com uma etapa de ensino voltada só para ela ainda esteja sendo assimilada e reestruturada atualmente. Hoje nós já entendemos que vivenciar a infância em suas particularidades (com uma Educação Infantil qualificada) impacta no desenvolvimento pleno da criança (ou seja, no desenvolvimento sensorial, motor, físico, social e cognitivo), mas só essa compreensão não assegura que todas as crianças de fato irão vivenciar essa fase da vida, ainda é necessária uma reestruturação político social para conseguir efetivar a vivência desta etapa do desenvolvimento.

Foi pensando em relembrar e reforçar a importância dessa fase da vida e dos cuidados com suas particularidades que surgiram algumas datas comemorativas sobre a infância. Existem três datas que são importantes memorizar: o Dia Mundial da Infância (de autoria da UNICEF é comemorado mundialmente no dia vinte e um de março); o Dia da Infância (instituído também pela UNICEF, mas presente apenas no calendário brasileiro, comemorado em vinte e quatro de agosto) e o Dia das Crianças (comemorado aqui no Brasil no dia doze de outubro). Essas datas surgem com a intenção de relembrar a importância dessa fase da vida e de promover uma reflexão sobre os direitos infantis, tentando alcançar o máximo de pessoas para engajar na busca de uma infância respeitada e garantida (por lei e pela sociedade no geral).

No Brasil, a data do Dia das Crianças foi escolhida em 1923, durante o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (Centro Marista, [s.d.]). Contudo, a data foi oficialmente registrada em 1924, sob o governo do então presidente Arthur Bernardes, que sancionou o decreto número 4.867 de artigo único onde “Fica instituído o dia 12 de outubro para ter logar, em todo o território nacional, a festa da criança, revogadas as disposições em contrário”. Porém, a data dentro do nosso país só ganhou força quando a indústria de brinquedos começou a aproveitá-la para comercializar seus produtos infantis, criando um novo sentido para a data comemorativa: não mais o de reflexão sobre os direitos da criança, mas o de comercialização. Mesmo com essa distorção de sentido, é sempre bom reforçar e relembrar o real significado da data, que vai além da compra de presentes para crianças e representa uma luta por direitos, por segurança e por respeito a essa fase tão particular da vida.

3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIREITO DA CRIANÇA E UM DEVER DO ESTADO

Agora que entendemos as particularidades que a descoberta da infância e a compreensão da criança como um sujeito social trouxeram, vejamos como surgiu a etapa de ensino que hoje conhecemos pelo nome de Educação Infantil e que é voltada para o atendimento de crianças pequenas (fazendo um recorte etário dos 0 aos 7 anos de idade). Sendo assim, para falarmos de Educação Infantil, primeiro precisamos entender o que chamamos de educação e como as mudanças que ocorrem na sociedade contribuem para que os processos educativos sejam modificados com o tempo. Por isso, voltemos para os primórdios do estudo da educação para entender como acontece esse processo.

De acordo com Aranha (2006), antes da complexificação da sociedade e o surgimento das primeiras civilizações a educação acontecia de forma difusa, isto é, dentro das tribos ela acontecia de forma igualitária para todos e se dava a partir da imitação das ações dos adultos, dos rituais e das histórias que eram passadas de geração em geração. Contudo, com o surgimento das primeiras civilizações e invenção da escrita, a educação precisou passar por modificações e surgiu então a chamada educação tradicionalista — que deixou de ser difusa e igualitária e passou a ser exclusiva de uma camada social mais dominante.

Inicialmente a educação formal não era para todos, apenas os vindos de família abastada tinham acesso à educação escolar. Aranha explica que é nesse momento que surge o dualismo escolar, e de acordo com a autora, esse dualismo se caracterizava por destinar “[...] um tipo de ensino para o povo e outro para os filhos dos nobres e de altos funcionários. A grande massa era excluída da escola e submetida à educação familiar informal” (Aranha, 2006, p. 52). Nesse momento da história da educação

> Nas civilizações orientais não havia propriamente uma reflexão predominantemente pedagógica. As orientações sobre como educar permeiam os livros sagrados, que oferecem regras ideais de conduta, segundo as prescrições religiosas e morais, a fim de perpetuar os costumes e evitar a transgressão das normas. (Aranha, p. 52, 2006)

Sendo assim, nessa fase do desenvolvimento do ensino, a educação formal era baseada basicamente em uma educação religiosa e de normas de conduta. Foi com a civilização Grega que se começou a ensaiar o ensino escolar tal qual

conhecemos hoje. Aranha (2006, p. 81) explica que a educação grega estava centrada na formação integral do sujeito (unindo corpo e espírito). De acordo com Cortez

> Na Idade Média, a infância terminava para a criança ao ser/está desmamada, o que acontecia por volta dos seis a sete anos de idade. A partir dessa idade, ela passava a conviver definitivamente com os adultos. Acompanhava sempre o adulto do mesmo gênero e fazia o mesmo que eles: trabalhava, freqüentava ambientes noturnos, bares etc (Cortez, 2011, p.02, apud Jacomé, p. 20).

Com o surgimento das Póleis (modelo das cidades gregas) no período clássico, surgem as primeiras escolas. Contudo,

> Mesmo que essa ampliação da oferta escolar representasse uma "democratização" da cultura, a educação ainda permanecia elitizada, atendendo principalmente os jovens de famílias tradicionais da antiga nobreza ou pertencentes a famílias de comerciantes enriquecidos. Aliás, na sociedade escravagista grega, o chamado ócio digno significava a disponibilidade de gozar do tempo livre, privilégio daqueles que não precisavam cuidar da própria subsistência. O que não se confunde com o "fazer nada", mas sim refere-se ao ocupar-se com as funções nobres de pensar, governar, guerrear. Não por acaso, a palavra grega para escola (scholé) significava inicialmente "o lugar do ócio". (Aranha, p. 81, 2006).

É dentro desse contexto elitizado que os primeiros ambientes escolares surgem, ensaiando o início de um ensino escolar, e também do que hoje chamamos de pedagogia. A palavra pedagogia surge do termo grego Paidagogia, que era utilizado para se referir ao ambiente reservado à educação/condução dos paidos (crianças).

Assim, mesmo com seus primeiros passos fincados na ideia da Paideia grega, o ensino de crianças pequenas demorou mais alguns séculos para se tornar efetivo e ao alcance de todas as crianças, visto que, como dito anteriormente, a educação formal era elitizada e só se tornava acessível para os filhos de famílias ricas e de funcionários com cargos superiores.

Isto posto, é importante entender que a Educação Infantil passou por diversas mudanças ao longo dos séculos até chegar no formato que conhecemos hoje — e que ela não surge junto a compreensão da infância como uma etapa particular do desenvolvimento da criança.

Inicialmente toda e qualquer ação voltada para o cuidado das crianças tinha o papel assistencialista e era em sua grande maioria religiosa e filantrópica. Um dos grandes exemplos de atividades com caráter assistencial voltadas para as crianças

pequenas foi a chamada roda dos expostos ou enjeitados (que no Brasil aconteceu de 1825 até 1960). De acordo com a publicação do museu de curiosidades disponível no site da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo a roda dos expostos era

> Formada por uma caixa dupla de formato cilíndrico, a roda foi adaptada no muro das instituições caridosas. Com a janela aberta para o lado externo, um espaço dentro da caixa recebia a criança após rodar o cilindro para o interior dos muros, desaparecendo assim a criança aos olhos externos; dentro da edificação a criança era recolhida, cuidada e criada até se fazer independente. (Santa Casa, s.d.)

FIGURA 1 — RODA DOS EXPOSTOS

FONTE: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA - SÃO PAULO

Segundo a publicação, na roda dos expostos eram deixadas crianças cujo os pais não tinham condições de criar, frutos de uma gravidez indesejada e que iam contra o decoro da época, filhos ilegítimos, filhos de mulheres pobres, viúvas ou solteiras, crianças vindas de esposas com maridos ausentes, filhos de mulheres escravizadas que na tentativa de livrarem seus filhos da escravidão os colocavam na roda, etc. Contudo, apesar de ter sido criada com o objetivo de promover um espaço para acolher crianças que por algum motivo eram rejeitadas, Freire (2011) traz como contraponto à roda dos enjeitados a opinião do Defensor da assistência médico-social Moncorvo Filho, onde de acordo com a autora

> A Roda dos Expostos era o objeto preferencial de suas críticas. Ainda que reconhecesse seu valor - lembrando que antes da sua criação as crianças

> indesejadas eram sujeitas a cuidados privados de qualidade duvidosa ou à exposição nas "praças e ruas à ferocidade dos animais e intempéries do tempo" - Moncorvo Filho (1926, p.31) considerava-a uma instituição condenada, incompatível com uma nação civilizada (Freire, 2011, p. 35).

Desta forma, a roda dos expostos foi a primeira ação assistencialista voltada para a proteção e os cuidados das crianças pequenas — e mesmo estando longe de ser um espaço voltado para a educação formal, ela pode ser adicionada como um passo na linha cronológica que antecedeu as políticas públicas voltadas para crianças.

Destarte, os espaços voltados para o ensino de crianças como conhecemos nos dias atuais também surge com o caráter assistencialista, uma vez que eles nascem dentro do contexto de transição da sociedade agrário-comercial para a sociedade mantida por grandes indústrias (o que acontece após a segunda metade do século XVIII com a revolução industrial). Nesse contexto, a ideia de uma espaço voltado para a educação de crianças pequenas fora do ambiente familiar nasce com uma concepção assistencialista, voltada para a necessidade da mão de obra feminina dentro das fábricas.

Até o começo do período industrial o papel da mulher era tido como o de cuidar e educar das crianças, da família e da casa, sendo assim, ela ficava confinada aos deveres domésticos e do campo — em especial com os cuidados da criança.

Isto posto, gostaria de salientar que daqui para frente citarei bastante o capítulo um do livro Pressupostos da Educação Infantil escrito pela doutora em educação Simone Regina Cartaxo (2011) como fonte de pesquisa. Nesse documento a autora traz uma espécie de linha cronológica dos aspectos fundantes dessa etapa de ensino, dando ênfase em como se deu seu desenvolvimento no nosso país. Sendo assim, de acordo com a pesquisadora

> Naquele período (transição para o período industrial), o papel da mãe e das outras mulheres era o de cuidar da criança, atendendo-lhe no seu desenvolvimento físico a fim de que esta crescesse e assumisse seu papel social no mundo dos adultos. Na falta da mãe, buscava-se um contexto doméstico para que a criança fosse atendida. Situação em que geralmente:
> - ou a criança ficava com parentes;
> - ou ficava em instituições de guarda, geralmente sob a responsabilidade de entidades religiosas. (Cartaxo, 2011, p. 31).

E foi só com a necessidade da mão de obra feminina nas indústrias que a responsabilidade da educação da criança passou a ser transferida para terceiros.

Tendo em vista que agora o papel dos pais era o de prover recursos financeiros para sustentar a família, foi necessário se pensar um ambiente que garantisse que essas crianças estariam resguardadas até o retorno de seus pais para casa — ainda assim, “o surgimento de instituições formais para o atendimento à criança aconteceu de forma gradativa, acompanhando as necessidades que eram criadas socialmente em diferentes contextos históricos (Cartaxo, 2011, p. 34)”.

Cartaxo (2011) explica que as creches e pré-escolas surgem com o intuito de combater a pobreza e a mortalidade infantil, a autora ainda utiliza de uma citação de Faria (Faria, 2005; Apud Cartaxo, 2011) para explicar que a escola teve sua origem distintas da escola obrigatória, pública, laica e gratuita para todas as crianças de sete anos.

Assim sendo, aqui no Brasil os espaços e instituições voltadas para a educação das crianças pequenas surgem como substitutas da relação materna, tendo o papel de garantir a subsistência dessas crianças durante a ausência da sua mãe e possibilitar que a mão de obra feminina atendesse aos interesses da elite e das indústrias. De forma geral, cabe frisar novamente que esses espaços costumavam ser religiosos, filantrópicos (sem fins lucrativos) e partiam de uma concepção higienista.

Por surgir de uma forma assistencialista, as creches e os espaços de pré-escolas deixaram de serem vistas como um espaço elitizado para as famílias ricas e de altos cargos e acabaram recebendo o status de uma educação voltada para as classes populares, também conhecidas com um espaço organizado para prestar um favor aos excluídos — desta forma, as crianças mais ricas passaram a ser atendidas e cuidadas em casa por suas mães e suas babás.

Cartaxo (2011) esclarece que na concepção da sociedade brasileira do início do período industrial a educação das crianças pequenas só deixava de ser familiar por dois motivos: ou os pais eram pobres e tinham que trabalhar, ou as mães queriam gozar de tempo livre e não tinham condições financeiras para pagar empregadas e/ou babás que auxiliassem com cuidado e a educação da criança.

Foi a partir do início do século XX que surgiram as primeiras instituições pré-escolares no Brasil, onde Guimarães (2017) vai ressaltar que só

> Em 1908, é fundada a “primeira creche popular cientificamente dirigida”, para crianças de até dois anos de idade, filhas de operários, mas a maior parte das práticas dedicadas às crianças de zero a seis anos era de caráter médico.

> Neste contexto, foi criada, em 1908, a primeira escola maternal pela educadora Anália Franco, em São Paulo, para atender os filhos de operárias das fábricas paulistanas. As crianças ingressavam nessas instituições com dois anos de idade e permaneciam até os cinco anos, dilatado posteriormente até os 12 anos de idade. (Guimarães, 2017, p. 100)

Assim, Guimarães acaba evidenciando novamente que por terem sido organizadas para receber crianças mais pobres e possibilitar que suas mães pudessem trabalhar fora do contexto doméstico, as instituições pré-escolares eram vistas como espaços sem muitos fins pedagógicos, sendo entendidas apenas como um lugar de cuidar.

Ainda nesse período de desenvolvimento do Brasil do século XX, alguns órgãos voltados para o atendimento das crianças ganharam força. De acordo com Cartaxo, alguns grandes nomes de entidades de serviços à infância foram

- O Departamento Nacional da Criança (1940) que coordenava ações de proteção à infância, maternidade e adolescência;
- O Serviço de Assistência a Menores (SAM) que atendia aos menores infratores; e
- A Legião Brasileira de Assistência (LBA) que disponibilizava serviços de assistência social para mães e crianças.

Cartaxo (Cartaxo, 2011, p. 46) vai ressaltar ainda que o atendimento pré-escolar mais organizado como conhecemos hoje surge com o Comitê da Organização Mundial para a Educação Pré-escolar (OMEP), que tinha projetos voltados para crianças até os sete anos (independente da classe social) e que “despertassem a consciência de que era necessário atender a educação pré-escolar”.

Até meados do século vinte a educação ainda era elitizada no Brasil e não era regida por grandes leis, contudo, com a Constituição Federal de 1988 começa-se uma nova era para a educação e suas etapas específicas. A Carta Magna em seu ducentésimo quinto artigo garante que a Educação é um direito de todos e um Dever do Estado e da Família, dizendo na íntegra que

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

No que diz respeito às instituições pré-escolares a CF ressalta que os municipios ficam incubidos dessa responsabilidade e frisa em seu artigo 208 que

> “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> [...]
> IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; [...]
> VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
> § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (BRASIL, 1988)

Dois anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988 surge o Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA surge com o papel de proteger as crianças e adolescentes de discriminação, exploração e violência, trazendo um conjunto de leis que visam garantir a estes sujeitos o direito a vida, a saúde, liberdade, respeito e dignidade. No capítulo quatro do Estatuto, artigo 54 e inciso IV fica estabelecido como um dever do Estado garantir o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”, sendo de responsabilidade dos pais ou responsáveis a matrícula de seus filhos na rede regular de ensino.

Em 1996 surge o primeiro documento voltado exclusivamente para a educação no território brasileiro: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), popularmente conhecida como lei Darcy Ribeiro. A lei número 9.394/96 foi criada para regulamentar a educação nacional de acordo com os princípios estabelecidos pela CF. O documento inicialmente determinou a oferta gratuita e obrigatória da etapa do ensino fundamental, contudo, em 2008 (título III, art. 4, inciso X) o texto foi revisado e a oferta da Educação Infantil (a partir dos quatro anos) também passou a ser obrigatória. De acordo com o artigo quarto e inciso segundo do documento, também foi em 2013 que a oferta de creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos de idade passou a ser pública e gratuita em todo território brasileiro — mas é importante salientar que mesmo com a oferta dessa etapa, a matrícula de crianças menores a quatro anos de idade não é obrigatória aqui no Brasil.

Por ser um documento que regulamenta a educação nacional a LDB aborda sobre todas as etapas da educação brasileira, explicando em sua seção segunda que a finalidade da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica é a de possibilitar “o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996)”. Foi pensando nessa organização e no papel da Educação Infantil no desenvolvimento integral da criança que aqui no Brasil foram

criados documentos que visam explicar a função dessa etapa e refletir sobre sua implementação, estando entre eles o

- **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** (RCNEI), que foi organizado pelo Ministério da Educação e dividido em três volumes. O MEC organizou esse documento para ele servir como um guia sobre os objetivos e conteúdos que devem ser trabalhados durante a Educação Infantil, trazendo também orientações para os docentes sobre como atuar nessa etapa de ensino;
- **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** (DCNEI), um documento também organizado pelo Ministério da Educação e que traz os objetivos, as definições, a concepção de Educação Infantil, os princípios e a concepção de proposta pedagógica que devem permear essa etapa de ensino, garantindo que nessa fase seja indissociável o cuidar e o educar, além da possibilidade da criança de aprender interagindo e brincando — ressaltando sempre que essa etapa de ensino é um dever do Estado e um direito da criança.

Mesmo com esses documentos norteadores que ressaltam a Educação Infantil como um direito da criança e como uma etapa crucial para o desenvolvimento pleno desse sujeito, foi só em 2006 que ela passou a ser obrigatória para crianças maiores de quatro anos de idade, sendo assim, desde então é exigido a matrícula da criança na pré-escola no ano que antecede a sua entrada no Ensino Fundamental — e de acordo com o artigo 246 do código penal a não inserção da criança na escola deverá ser penalizada pelo crime de abandono intelectual, resultando em uma pena que vai desde a detenção (de quinze dias a um mês) e/ou até multa.

Em 2017 outro documento surge organizado pelo Ministério da Educação com a expectativa de normatizar a educação no Brasil, sendo ele, a Base Nacional Comum Curricular. A conhecida BNCC vem com o objetivo de diminuir as lacunas de conteúdos que são abordados entre a educação pública e privada, trazendo uma normatização de assuntos da Educação Infantil até os anos finais do Ensino Médio. No que diz respeito a Educação Infantil o documento propõe que seja trabalhado a partir do desenvolvimento de alguns campos de experiência, sendo eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (assunto este que será dissertado mais a fundo posteriormente).

Isto posto, agora já sabemos o percurso percorrido pela Educação Infantil para ser reconhecida e regulamentada, mas é importante ressaltar que desde a Constituição Federal de 1988, aqui no país a Educação é vista como um dever do Estado e um direito de todos os brasileiros. Sendo assim, a importância da educação básica é inegável, e a Educação Infantil importante não só para o desenvolvimento cognitivo do sujeito, mas também para o desenvolvimento socioemocional e de habilidades motoras.

4 PENSANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL E A AUSÊNCIA ESCOLAR

A partir do que foi exposto acima, agora iremos adentrar em um novo aspecto: a importância do fazer pedagógico na Educação Infantil e como ela contribui para as crianças — trazendo alguns exemplos de abordagens pedagógicas para essa etapa de ensino.

Dito isto, agora que entendemos que a Educação Infantil é uma etapa bem mais ampla do que o senso comum relata, vejamos como acontece os processos educativos durante esses primeiros anos.

Antes de de fato adentrarmos nas abordagens que trabalham com a Educação Infantil, vamos entender sobre o desenvolvimento infantil a partir da perspectiva do socioconstrutivismo (também conhecido como sociointeracionismo).

No século XIX surge a abordagem que hoje nós chamamos de sociointeracionista, uma teoria desenvolvida por Lev Vygotsky, que defende a ideia de “contínua interação entre as mutáveis condições sociais e a base biológica do comportamento humano” (Davis; Oliveira, 1992, p. 49), ou seja, essa teoria defende a importância das interações sociais e culturais no desenvolvimento do sujeito, acreditando que ele e meio estão em constante modificação a partir da sua interação mútua.

De acordo com a teoria Vygotskyana, a construção real da criança acontece a partir da sua interação com as outras pessoas e com o mundo ao seu redor. Ele não acredita que exista uma sequência universal do desenvolvimento cognitivo infantil, para ele os fatores biológicos (idade, questões físicas, etc.) só prevalecem durante o início da vida das crianças — e após esse período o leque de oportunidades disponíveis para cada criança são diferenciadas, e assim, o desenvolvimento desse sujeito também acontece de forma diferente.

Para o psicólogo russo há uma relação mútua durante a formação do sujeito. De acordo com ele, essa relação acontece durante a interação da criança com a sociedade — ou seja, enquanto a criança convive socialmente, a sociedade está o moldando-a, e ela, mutuamente, está contribuindo para a modificação social. Vygotsky percebeu então que existe uma distância entre aquilo que a criança já sabe fazer e aquilo que ela precisa de ajuda para executar. Essa distância é definida como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e fica entre a Zona de desenvolvimento real e a

potencial, em outras palavras, ela é caracterizada pelos estímulos que acontecem para que a criança consiga chegar na Zona de Desenvolvimento Real.

Na Educação Infantil vemos isso com uma certa frequência, principalmente nos primeiros anos da criança. Para que a criança se desenvolva ela precisa de um ambiente pensado para a sua estimulação e exploração, precisando também de um adulto disponível para auxiliá-la a cada nova descoberta e tentativa. Ora, não compreendam esse auxílio como o fazer tudo pela criança, ele é na verdade um estímulo para ajudá-la a entender que é capaz de realizar, podendo ser um suporte físico ou um suporte pautado em palavras de afirmação.

É por compreender a importância da interação da criança com outras crianças e com um ambiente pensado para a sua exploração que a Educação Infantil é crucial no processo de desenvolvimento desse sujeito, pois permite que ele conviva com realidades diferentes da que está disponível em sua casa, experiencie espaços e diálogos construtivos, conviva com pessoas diferentes, brinque e se aprenda através dessa brincadeira com seus pares e observe o mundo por pontos de vistas diferentes.

Ademais, cabe ressaltar que mesmo que a teoria vygotskyana seja do século dezenove, demorou muito para que a interação fosse considerada crucial nesse período do desenvolvimento. Até meados do século passado as crianças eram vistas como seres que “por natureza”, são inúteis e meras receptoras” (Tironi, 2016, p. 2152). Para explicar melhor, Tironi vai trazer John Locke para diálogo e dizer que de acordo com ele “criança seria uma “tábula rasa” que inicia a vida sem nada e a partir de nada. Nessa perspectiva as crianças eram vistas como folhas em branco que cabia aos adultos preencher, sem ter esse sujeito nenhum direito de opinar sobre sua própria existência.

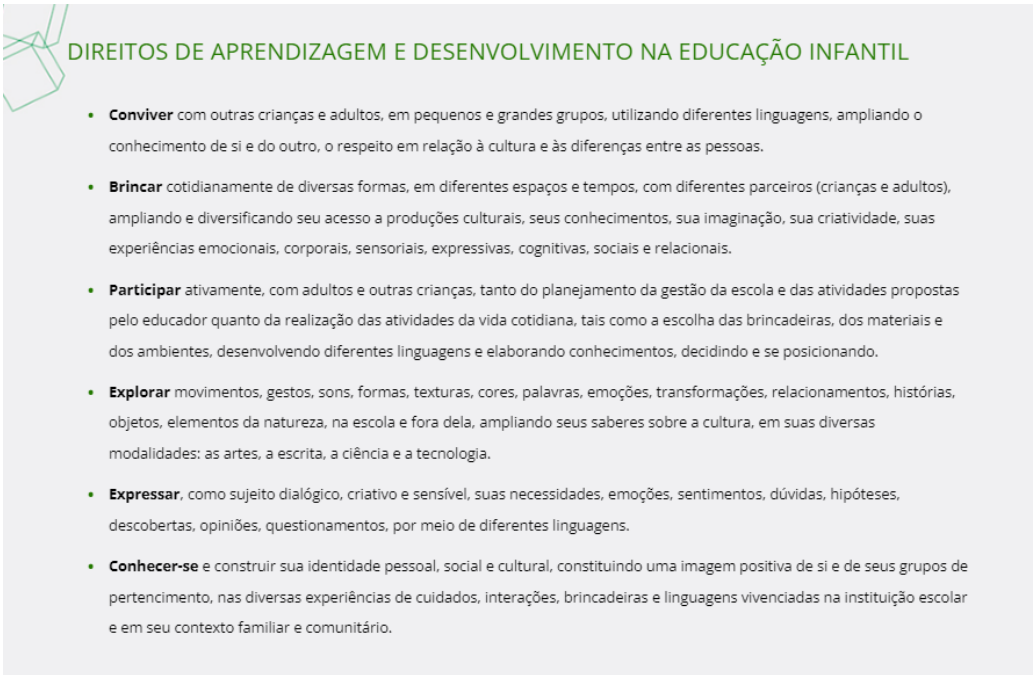
Foi assim que surgiu a educação tradicionalista, uma abordagem pedagógica passiva que trabalha apenas com o desenvolvimento cognitivo da criança, anulando os demais fatores necessários para um desenvolvimento pleno. Nessa abordagem o professor é o centro do processo educativo, sendo ele o detentor do conhecimento que vai “iluminar” e transferir o conhecimento (a partir do método de repetição e memorização) para os alunos, enquanto estes são apenas ouvintes e observadores passivos que precisam memorizar os assuntos a fim da sua formação teórica.

Com a chegada do construtivismo no Brasil em meados do século passado, a educação tradicionalista começou a ser questionada e repensada. Desde então, algumas abordagens pedagógicas que tratam a criança como um sujeito ativo e objeto

central dessa etapa de ensino ganharam força no território brasileiro. Sendo assim, hoje já existem abordagens pedagógicas que consideram a criança como o sujeito protagonista do seu desenvolvimento, sendo os seus interesses o centro de todo trabalho pedagógico. Um exemplo dessa nova corrente pedagógica é a abordagem de Emmi Pikler, que trabalha com crianças de até 3 anos e parte da perspectiva onde a criança e seus interesses são o centro do processo, levando em consideração que a criança aprende a partir da exploração e experimentação dos espaços — priorizando o desenvolvimento autônomo da criança, uma criança livre para correr, se sujar e explorar sem medo de julgamentos e punições.

Com essa nova visão da Educação Infantil (como um espaço de convívio e socialização) essa etapa começa a ser dividida e pensada de outra forma. No Brasil ela costuma ser dividida em quatro níveis, normalmente diferenciados pela idade da criança. O primeiro nível costumava ser a creche, onde ficam os bebês até 3 anos incompletos, e os demais aqui em Maceió são conhecidos como Maternal (3 anos), Jardim I (4 anos) e Jardim II (5 anos). Desde 2017 a BNCC traz uma série de direitos de aprendizagem na educação infantil, sendo eles os seguintes:

FIGURA 2 — DIREITOS DE APRENDIZAGEM



FONTE: BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

De acordo com a BNCC a criança tem direito a conviver, brincar, participar, explorar e conhecer-se, sendo as instituições de creche e pré-escolas organizadas

para que elas possam vivenciar todos esses eixos. É importante dizer que mesmo que hoje essa seja a ideia de Educação Infantil regulamentada no país, nem sempre é ela que prevalece, existindo muitos casos e escolas que ainda trabalham com a pedagogia tradicional e privilegiam apenas o desenvolvimento cognitivo — desenvolvimento apenas leitura, escrita e operações matemáticas. Excluindo assim as demais áreas a serem trabalhadas nessa etapa/fase da vida.

Mesmo que hoje já exista um grande leque de possibilidades e abordagens que trabalham com a criança pequena, infelizmente ainda existem muitas crianças que estão fora das salas de aula e não tem a oportunidade de socializar e se desenvolver junto a outras crianças e é isso que iremos refletir a partir de agora.

4.1 POR QUE AINDA HÁ CRIANÇAS FORA DOS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO E CONVIVÊNCIA INFANTIL?

Como vimos, nem sempre a Educação Infantil foi vista da mesma forma que vemos hoje, e ao longo do tempo muitas leis e regulamentações surgiram para organizá-la a fim de torná-la acessível para todos os brasileiros, contudo, mesmo que dentro do nosso país a oferta da Educação Infantil seja pública (começando geralmente a partir dos quatro meses de idade nas creches), e que a escolarização a partir dos quatro anos seja obrigatória, há muitas crianças fora da sala de aula e isso acontece por diversos motivos. Motivos estes que vão desde a falta de vagas em instituições públicas para a inserção destas crianças, até mesmo a escolha dos próprios pais de não as matricularem nesta etapa de ensino por achar que é uma etapa onde a criança vai para escola “apenas para brincar”[1] — não tendo o adulto a noção do peso que brincar e o interagir com seus pares tem no desenvolvimento pleno desse sujeito.

Isto posto, daqui para frente iremos refletir sobre os motivos pelos quais essas crianças (fazendo um recorte dos zeros aos cinco anos) estão fora das creches e pré-escolas mesmo quando a importância dos primeiros anos da Educação Infantil é comprovada e regulamentada pelos órgãos nacionais, além de também ser explicada cientificamente. Dito isto, durante esse tópico utilizarei junto ao referencial teórico

[1] O termo “apenas brincar” está entre aspas por eu entender o ato de brincar como uma ação crucial no desenvolvimento da criança pequena.

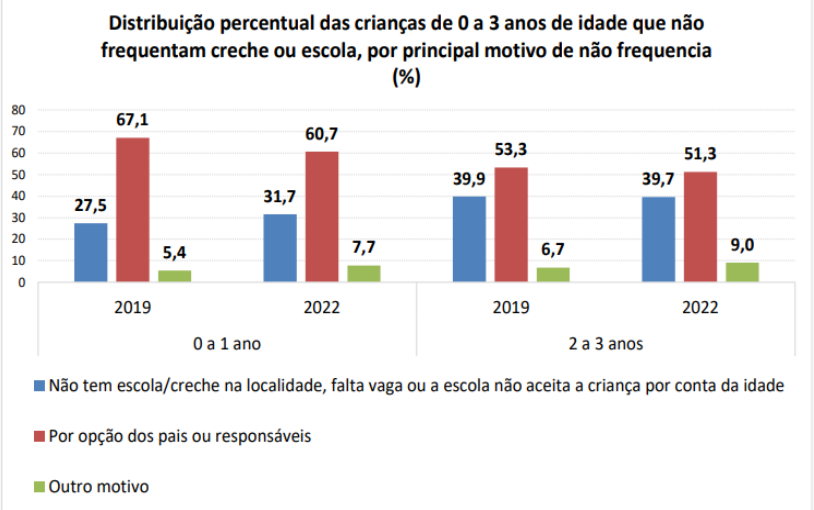
algumas experiências particulares sobre esse assunto, em busca de complementar e reforçar tudo que for dito sobre essa não frequência escolar.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD) de 2022, no Nordeste, a taxa de escolarização de crianças de zero a cinco anos é de 93,6%, já a taxa de escolarização de crianças dos seis a quinze anos é um consideravelmente maior, sendo de 99,3% em 2022. Contudo, a PNAD também investigou os principais motivos que levam as crianças de zero a três anos a estarem fora das salas das creches, e, de acordo com a mesma, em 2022 os dois principais motivos (havendo outros) dessa não frequência se dá por dois fatores:

- A falta de escolas/creches, de vagas e de aceitação nas localidades;
- A escolha dos pais destas crianças.

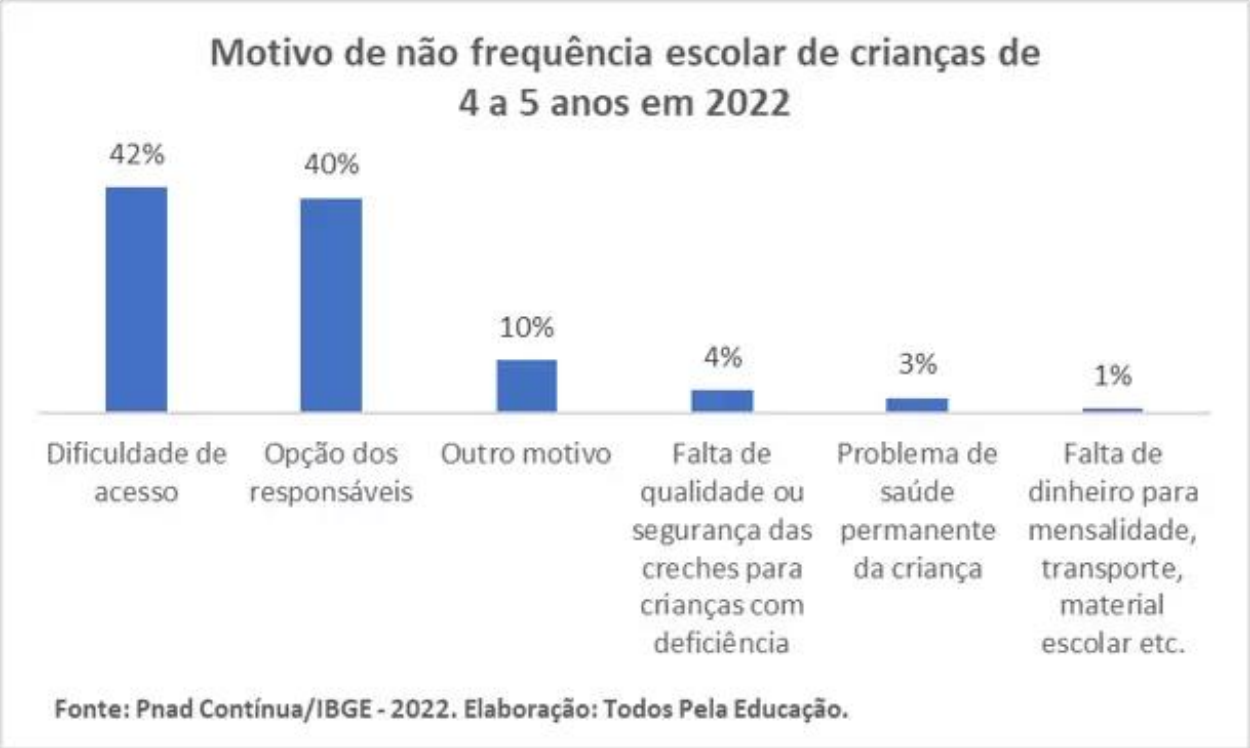
Complementando as informações disponíveis na pesquisa citada acima, a Organização Não Governamental Todos Pela Educação publicou um texto que traz dados que a organização coletou na PNAD e sistematizou sobre a taxa de escolarização de crianças de quatro a cinco anos, ressaltando que “Cerca de 178 mil crianças de 4 a 5 anos não frequentam a pré-escola por dificuldades de acesso no Brasil, segundo os seus responsáveis.” (Todos Pela Educação, 2022). Ainda de acordo com a ONG, “O número representa 42% das 425 mil crianças nesta faixa etária que estavam fora do ambiente escolar no ano passado.”

GRÁFICO 2 — PRINCIPAIS MOTIVOS DE NÃO FREQUÊNCIA À CRECHE



FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 2022

GRÁFICO 3 — PRINCIPAIS MOTIVOS DE NÃO FREQUÊNCIA ESCOLAR DE CRIANÇAS DE 4 A CINCO ANOS



FONTE: TODOS PELA EDUCAÇÃO

De acordo com as imagens acima, 51,3% dos entrevistados optaram por não colocar seus filhos com a idade entre 0 e 3 anos na escola, já com as crianças dos 4 aos 5 anos a porcentagem é um pouco menor, representando 40% dos entrevistados. A pesquisa mostra ainda que os outros dois maiores motivos da não frequência escolar são: a falta de escolas e vagas para receber estas crianças e a dificuldade de acesso em regiões mais remotas.

No Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 o Ministério da Educação organizou vinte metas a serem cumpridas até 2024, sendo a primeira delas sobre a Educação Infantil, que tinha como objetivo

> Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (Brasil, 2014, p. 9)

Porém, com a PNAD 2022 podemos perceber que quase dez anos após a publicação do PNE a meta ainda não foi alcançada. Isso acontece porque ano após

ano e governo após governo a verba da educação vem sendo atacada e diminuída, resultando em uma série de problemas estruturais na rede pública de ensino.

Com essa falta de organização da educação pública acabam surgindo casos em que os pais querem colocar seus filhos na escola e não encontram vagas nas instituições públicas e/ou não tem condições financeiras de colocá-las em creches e pré-escolas privadas. Nestas situações estas famílias acabam tendo que entregar seus filhos a espaços e pessoas sem qualificação — isso quando não abrem mão de trabalhar e sobrevivem da ajuda de terceiros.

Um exemplo disso pode ser percebido na matéria publicada pelo portal de notícias do G1 Rio Grande do Norte em março de 2024 uma notícia cujo a manchete diz o seguinte: “Com mais de 1.200 crianças fora das creches municipais, Câmara de Natal discute falta de vagas”, na notícia o redator ressalta que “Sem vagas suficientes para a quantidade de famílias interessadas, a prefeitura realizou um sorteio de vagas neste ano.” (G1 RN, 2024). Uma das mães que não teve sua filha sorteada relatou já ter passado por esse sorteio anteriormente, veja sua fala na íntegra:

> Nós já tínhamos passado por isso com outra filha, mas seguramos as pontas, porque éramos eu e meu esposo, então a gente se revezava tanto na questão do trabalho quanto no cuidado com as crianças. Meu esposo faleceu, eu tenho que trabalhar, preciso desse suporte, mas agora minha outra filha não foi sorteada. É desanimador, mas eu acredito que coletivamente a gente pode cobrar, porque é um direito das crianças que o Supremo Tribunal Federal já reafirmou. (G1 RN, 2024).

No caso dessa mãe, ela afirmou não ter com quem deixar a sua filha para poder trabalhar (visto que seu marido, que costumava dividir as atividades familiar com ela havia falecido) e que iria lutar pelo seu direito que é garantido constitucionalmente. Esse caso aconteceu em Natal, mas lá não é o único lugar que sofre com isso: Alagoas também sofre com essa escassez de vagas e instituições — e as que existem, muitas vezes, estão funcionando sem a estrutura adequada. Cabe ressaltar que a educação é um direito da criança e um dever do Estado, contudo, mesmo sendo regulamentada há anos ela ainda não consegue atingir todas as crianças brasileiras de forma gratuita.

Nos casos de falta de vagas na instituição pública, aqueles pais que têm condições financeiras e suporte familiar de cuidados para as crianças acabam inserindo-os na rede privada de ensino. Porém, quando a criança é de uma família mais pobre ela acaba não indo para esses espaços, e os pais ou abrem mão do trabalho e vivem com ajuda de terceiros, ou fica sob os cuidados de conhecidos da

família ou de pessoas cujo eles consigam pagar para ajudá-los — muitas vezes sendo privados da socialização com seus pares.

Agora, trazendo um pouco mais para perto da minha realidade, no meu ciclo social também pude observar alguns motivos pelos quais as crianças se encontram fora das creches e pré-escolas, sendo eles também bem condizentes com a PNAD contínua. Antes de adentrar nessas observações, cabe salientar que todas elas foram coletadas/observadas entre 2021 e 2024, datando o tempo pelo qual me interessei pela temática.

Por morar em um bairro da periferia daqui de Maceió as situações que presencio são diversas, principalmente quando o assunto é educação de crianças muito pequenas (fazendo um recorte até os cinco anos) — uma vez que ela ainda é carregada de muitos mitos e receios. Além dessa convivência em um bairro um pouco mais humilde, também tive a oportunidade de trabalhar em uma instituição de terceiro setor que atende crianças carentes e conviver e compartilhar informações com profissionais que também vivenciaram muita coisa.

Antes de adentrar em minhas observações, vale lembrar que após a expansão de ofertas da educação formal com a revolução industrial e o caráter assistencialista que ela ganhou, a inserção das crianças em espaços de socialização infantil era tida principalmente por dois motivos: ou os pais eram pobres e precisavam trabalhar, ou as mães eram pobres e queriam gozar de tempo livre. Desta forma, para o senso comum a Educação Infantil foi (e ainda é) vista como um lugar de crianças pobres e um “depósito” para colocá-las quando se quer ter um tempo mais ocioso, mas não tem condições de pagar alguém para ajudá-lo com os cuidados, por isso, as mães que não trabalham e vem de famílias mais tradicionais ainda costumam ter esse pensamento e tentam ao máximo se distanciar da EI.

No que se refere às mães que não trabalham e optam pela não matrícula dos seus filhos, existe uma explicação pautada no senso comum social. A tentativa de se manter longe dessa etapa de ensino pode acontecer principalmente por dois motivos:

- Receio de serem vistas como péssimas mães que querem curtir o ócio e que por isso colocam seus filhos na escola apenas para terem um tempo livre;
- Receio de como seus filhos serão tratados/cuidados nesses espaços.

Quando o assunto são crianças com idades para frequentar as creches (0-3 anos) o receio costuma ser das duas coisas. O medo dessas mães muitas vezes é fruto de uma sociedade machista que acredita que a criança é responsabilidade única e exclusiva da mãe, além de crer que se ela tiver a possibilidade de ficar com seus filhos em casa, não deve colocá-las em hipótese nenhuma sob outros cuidados — mesmo que seja sob a responsabilidade de profissionais qualificados.

Para explicar melhor vejamos informações contidas no livro “A Creche em Busca de Identidade” escrito por Lenira Haddad (Haddad, 2016), onde a autora traz alguns relatos de pessoas que trabalham em creches. Um dos relatos coletados por ela me chamou bastante atenção, nele algumas pajens (que de acordo com Haddad eram o pessoal da limpeza e encarregados da saúde) expõem sua indignação com o fato de terem que fazer os cuidados corporais das crianças, onde se queixam de passar o dia todo trocando fraldas e ressaltam que “estaria havendo “abusos” por parte das mães. “Estas mulheres, desleixadas e descuidadas, não param de pôr filhos no mundo e depois os largam para a gente cuidar” (Haddad, 2016, p. 56). Situações como estas provam que mães que colocam os filhos nas creches (independente se os colocam para poder trabalhar, para que eles possam socializar com seus pares ou para ter “um tempo ocioso”) ainda são muito julgadas socialmente — e ainda comprovam que a função dos primeiros anos da Educação Infantil ainda vem sendo questionada e redefinida.

É um fato que na Educação Infantil o cuidar e educar são indissociáveis, mas, nem todo mundo tem essa mesma compreensão. O receio de transferir esse cuidado para terceiros é tão grande que em um diálogo informal com a mãe de uma criança aqui do bairro, questionei-a em busca de entender porque seu filho de três anos não estava frequentando uma pré-escola ainda, e de acordo com ela, ele não irá para creches enquanto ainda usar fraldas e não tiver um grau maior de independência.

Outra problemática que pesa na hora de escolher por ou não seus filhos nas creches e pré-escolas é a falta de compreensão do papel da Educação Infantil. Muitos pais ainda não entendem a função dessa etapa de ensino e não compreendem o que os filhos fazem nessas instituições (principalmente até os três anos) acreditam que eles acabam indo para esses ambientes “apenas para brincar”, portanto, nestes casos, a menos que a família necessite deixar essa criança na creche para ir trabalhar, essa instituição não é sequer cogitada. Nós educadores compreendemos que o brincar é a linguagem da criança e que é através dela que eles conhecem,

experimentam e exploram o mundo ao seu redor, bem como leem as pessoas e o seu ambiente social, lidando também com a diferença entre ele e as outras crianças e com sentimentos adversos (como a raiva, frustração, alegria, euforia, etc.), contudo, levando em consideração que a própria etapa é relativamente recente e ainda está em processo de ressignificação, não dá para esperarmos que essa compreensão do brincar esteja presente dentro de toda nossa sociedade — e é pela falta de entender o impacto que o brincar tem na vida da criança que alguns pais optam por não os colocar suas crianças em instituições de socialização infantil até que ela se torne estritamente necessária.

Um exemplo disso vem de um parente meu que optou por não colocar sua filha em creches porque segundo ele estaria pagando (em caso de instituição privada) ou levando-a (em casos de instituições públicas) para ir “apenas brincar” fora de casa, e com suas palavras, “brincar por brincar, ela brinca em casa”. Sendo assim, quando a situação da ausência escolar é uma opção familiar ela acontece por receio de julgamentos e/ou pela falta de informação do que se faz dentro desses lugares (principalmente dentro de espaços que não dão ênfase apenas para o desenvolvimento cognitivo da criança).

Nas famílias que escolhem não por seus filhos na escola por não compreenderem a função da Educação Infantil encontra-se uma outra pauta: o homeschooling. De acordo com Cury

> A denominada homeschooling ou educação no lar, ou mesmo educação doméstica, é um movimento por meio do qual pais de família, alegando insatisfação com a educação escolar ofertada nos estabelecimentos públicos ou privados, pleiteiam transmissão dos conhecimentos a ser dada em casa. Esse movimento já possui vários adeptos no Brasil e seus seguidores vêm pressionando os poderes públicos, em especial os Tribunais, no sentido de legitimar tal opção, inclusive por meio de uma legislação regulamentadora. (Cury, 2019, p. 2)

No modelo de educação domiciliar proposto pelos pais que querem ensinar seus filhos em casa, só se tem a preocupação do desenvolvimento cognitivo da criança — alegando que nas escolas (tanto públicas, quanto privadas) a qualidade desse ensino é precária. Contudo, uma educação de qualidade trabalha muito mais do que apenas a cognição, ela desenvolve as habilidades motoras da criança (tanto grossa, quanto fina) — como correr, pular, saltar, manter o equilíbrio estático e dinâmico, o arremessar, chutar, pegar objetos grandes ou pequenos, empilhar, ter

bem desenvolvido o movimento de pinça, etc. Além de trabalhar questões socioemocionais e possibilitar a interação da criança com outras crianças da sua idade e um pouco mais velhas.

FIGURA 3 — CHARGE SOBRE ENSINO DOMICILIAR

FONTE: JEAN PAULO, 2019

Em abril de 2019 o governo Bolsonaro apresentou um projeto de lei em busca de regulamentar o *homeschooling*, alegando ser uma das prioridades do seu governo. Um ano depois estourou a pandemia do Covid-19 e fomos confinados em casa para nos protegermos do Coronavírus, com isso, as escolas foram fechadas e em busca de diminuir as possíveis lacunas no desenvolvimento das crianças os responsáveis começaram a assumir o papel de “educadores” dentro de suas casas.

Após a pandemia, a busca pelo *homeschooling* se intensificou e as famílias apoiadoras usam a alegação de que temos direito à liberdade e ao ato democrático de escolha, com isso, elas costumam dizer que a não legitimidade dessa etapa vai contra a CF. Mesmo com esse movimento ganhando força nos últimos anos, em 2023 foi realizada uma pesquisa pela Ação Educativa e Cenpec que revelou que “apenas 21% dos brasileiros são favoráveis a essa modalidade.”

No final de 2023 a TV Senado transmitiu ao vivo o debate sobre ensino domiciliar organizado pela Comissão de Educação, onde a participante Patricia Almeida aponta como a educação domiciliar pode ser prejudicial não só para crianças típicas, mas principalmente para crianças com algum tipo de deficiência. Segundo ela, além de todas as problemáticas que envolvem esse tipo de ensino, o maior índice de casos de violência contra a criança deficiente acontece dentro de casa e partindo de

pessoas da confiança desse sujeito, portanto, como saberá ela que o que acontece consigo não é normal se for tudo que ela conhece?, ela segue falando que em um país como o Brasil nós não podemos abrir mão da escola, porque além de todos os aspectos de desenvolvimento trabalhados nos espaços de convivência, dentro das escolas os docentes conseguem perceber sinais de maus tratos e violação dos direitos da criança.

Gostaria de frisar aqui que eu sou totalmente contrária à educação domiciliar, acreditando que esse movimento impede que as crianças interajam e aprendam a partir da sua convivência com outras crianças e com o mundo ao seu redor. Dentro de casa esses sujeitos aprendem de acordo com a perspectiva familiar, não ampliando sua visão de mundo e não aprendendo a lidar com os diferentes tipos de pessoas e suas especificidades — além de não terem contato com espaços que os coloquem em situações que precisam vivenciar a inclusão e o respeito.

No mais, como uma reflexão complementar, gostaria de acrescentar duas problemáticas que não aparecem citadas em nenhum artigo científico de meu conhecimento: a necessidade de tirar seus filhos da escola por medo de que aconteça algum atentado à sua vida ou para fugirem de seus maridos agressores. Antes de explicar do que se trata essas problemáticas, devo ressaltar que todas as informações sobre ela são fruto de experiências informais, que especificamente vi e ouvi acontecer algumas vezes dentro do bairro onde moro e nos seus arredores. Portanto, para adentrar na primeira problemática deixe-me ser mais clara quanto a esta situação: em primeiro lugar, vou situá-los da realidade presente no bairro.

Moro no último bairro de Maceió, um bairro histórico, mas pouco conhecido, que até alguns anos atrás não tinha todas as ruas asfaltadas e nem água em todas as partes do bairro. Aqui (assim como muitos outros bairros de Maceió) existe uma área mais isolada que chamamos de grota. As grotas são o que popularmente conhece-se como favelas, lugares com mais dificuldades de acesso, com menos saneamento básico, com casas mais humildes e pessoas em situação de vulnerabilidade social — que muitas vezes acabam recorrendo às drogas e ao mundo do crime. Em uma conversa com uma educadora da rede pública daqui perguntei os motivos pelos quais as crianças mais saiam da escola, ela me disse que no nosso bairro a procura por vaga é muito grande pela necessidade dos pais trabalharem fora, contudo, existem casos das crianças precisarem sair da escola para morar em outros lugares, saindo “fugidas” do bairro.

O termo “sair fugida” quer dizer que as famílias foram forçadas a sair do bairro para evitar atentados, isso normalmente acontece porque algum parente próximo se envolveu no mundo do crime e tem alguma pendência (seja por dividas de drogas, por ter cometido crimes como assaltos e/ou assassinatos e até mesmo ameaças de vingança recebidas) que pode ser pode ser cobrada tanto em sí próprio, quanto nas pessoas que este sujeito demonstra se importar e ter algum afeto — como pais, irmãos, cônjuges e filhos. Sendo assim, em bairros mais humildes a ausência escolar se dá por muitos motivos, pela escolha dos pais, por falta de vagas e/ou instituições, mas também acontece por medo de expor essas crianças no trajeto casa-instituição e acabar perdendo-as.

A segunda problemática, refere-se aos casos de violência contra mulher que ano após ano vem crescendo em Maceió. De acordo com o mapa de violência contra a mulher (disponível no site de Segurança Pública de Alagoas — SSP) “Maceió foi o município que mais registrou casos de violência doméstica em 2021”. Agora em 2024, somente nos dois primeiros meses, já são somados mais de 1.100 casos de violência contra mulher em Alagoas (Tribuna Hoje, 2024), onde de acordo com o site “Somente na capital Maceió, são 473 casos de violações e 82 denúncias registradas.”

Ano passado (2023) trabalhei como estagiária da Educação Infantil de em uma instituição do terceiro setor. Durante o ano letivo presenciei o caso de um menino de cinco anos que estudava na última etapa da Educação Infantil e passou o ano quase todo afastado da instituição. Com suas ausências constantes, o sinal vermelho foi acionado e a docente foi até a gestão em busca de respostas — e por se tratar de uma rede de escolas que atendem pessoas em vulnerabilidade social já se suspeitava que se tratava de algum problema familiar.

A mãe da criança não atendia o celular, não retornava os e-mails, e nem comparecia à escola com os recados que eram mandados pelo portal do aluno. Com isso, uma das orientadoras pedagógicas se disponibilizou para ir até a casa da família em busca de respostas. Ao chegar lá encontrou a casa fechada, mas os vizinhos e parentes se prontificaram em recebê-la e avisaram que ambos (mãe e filho) haviam saído de casa e ido morar em uma região mais distante devido a uma agressão doméstica que havia sofrido do marido.

Para evitar que a criança fosse ainda mais prejudicada, a orientadora se disponibilizou para pagar transporte escolar para buscar e levar o menino para casa, mas a mãe não aceitou (por ter receio que o ex-marido fosse atrás do menino e o

machucasse ou usasse-o como uma forma de se reaproximar). Então, vez ou outra ele aparecia na escola, mas durante todo ano não se contabilizou quatro meses seguidos de frequência escolar.

Lembro como hoje que esse caso desestruturou tanto eu, quanto a docente que trabalhava comigo. Quando ele conseguia comparecer nós comemorávamos bastante — e as outras crianças também. Foi uma situação delicada, a mãe estava sob medida protetiva, à criança com uma série de traumas instaurados, se tornando agressivo e arredio, e, infelizmente, não havia muito que pudéssemos fazer para ajudá-los.

Casos como esses citados acima só nos mostram que a ausência escolar nessa etapa de ensino é muito mais delicada do que pensamos, ela envolve ou pode envolver muitas outras coisas que não compreendemos — e que não iremos perceber se não pararmos para ouvir e observar atentamente. A Educação Infantil é crucial para o desenvolvimento pleno da criança, a não participação durante essa fase da vida pode trazer uma série de lacunas para as outras etapas, portanto, não devemos nos preocupar apenas com as carteiras que estão ocupadas, mas principalmente com aquelas que estão vazias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o presente texto compreendemos que o sentimento de infância é uma construção social, ou seja, ele não surge naturalmente, mas é construído a partir da visão que a sociedade tem da função social desse sujeito. Sendo assim, com a diminuição da taxa de mortalidade infantil a infância deixa de ser vista apenas como uma etapa que antecede a mocidade e passa a ser vista como uma fase da vida que tem suas especificidades.

Com essa nova concepção de infância a criança começa a ser vista como um sujeito social, que tem direitos e que precisa ser observada de acordo com suas particularidades — deixando de ser compreendida como um adulto em miniatura e sendo observada com um sujeito que está constantemente em formação, descobrindo o mundo e desenvolvendo-se a partir da sua interação com ele.

Hoje a interação da criança com o mundo ao seu redor e com seus pares é reconhecida como um fator primordial no seu desenvolvimento, com isso, a etapa que conhecemos como Educação Infantil se tornou crucial e indispensável. Surgida com um caráter elitista e posteriormente assistencialista, hoje ela é vista como um espaço de interação e desenvolvimento infantil, que ainda passa por diversas reestruturações para se tornar um ambiente que propicia o desenvolvimento pleno do sujeito (cognitivo, motor e sócio emocional).

Isto posto, com esse caráter que ela assume agora (de contribuição para o desenvolvimento pleno), diversas leis surgem para garantir que ela seja vista como um direito da criança, onde é dever do Estado ofertar vagas e instituições, e dever da família matricular seus filhos nesse ambiente. Em 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxe um grande marco para essa etapa de ensino, onde no título III, art. 4 e inciso X a LDB passou a determinar que é obrigatório que crianças a partir dos quatro anos de idade estejam matriculadas na Educação Infantil, e o PNE (em 2014) trouxe como meta a universalização da Educação Infantil para crianças dos quatro até os seis anos incompletos e o atendimento de pelo menos 50% de crianças dos zero até os três anos de idade em creches públicas no território brasileiro.

Mesmo com a meta estabelecida a dez anos atrás, ainda não alcançamos esses dados. Ainda hoje é possível encontrar uma porcentagem significativa de

crianças que se encontram fora da escola. Sendo assim, refletimos os motivos que levam a essa não frequência escolar, percebendo que estes sujeitos se encontram fora desse ambiente por diversas razões — que vão desde a falta de instituições que ofertam vagas, até situações de violência doméstica.

Agora que conhecemos alguns dos inúmeros motivos e peculiaridades que fazem com que estas crianças não estejam no ambiente de interação com seus pares, é hora de ampliar nossa reflexão. Sendo assim, para finalizar o presente trabalho gostaria de levantar uma questão sobre a função social da Educação Infantil e sobre as lacunas que a falta de interação com outras crianças, a falta de afeto e falta de respeito e compreensão com esses sujeitos nesses primeiros anos podem ocasionar em toda sua vida.

Ora, é possível notar que as crianças pequenas que estão fora das creches e pré-escolas acabam se tornando novamente uma exclusividade familiar, não sendo acompanhadas diariamente por outros órgãos que observem como acontece a sua criação. Isto posto, sabemos que ainda hoje existem algumas famílias que são muito agressivas com seus filhos, criando-os dentro de um contexto de violência psicológica, e, muitas vezes, física também. Assim sendo, a questão que gostaria de deixar para vocês refletirem é a respeito da importância da promoção de uma criação e uma Educação Infantil respeitosa para o desenvolvimento da autonomia e autoconfiança da criança, visto que algumas lacunas que são ocasionadas pela falta de respeito do adulto com a o processo de desenvolvimento e autoconhecimento infantil. Se existem crianças fora do ambiente escolar, quem irá garantir que elas sejam criadas conforme o que dizem as leis de proteção à infância? e, ainda mais, quem irá se responsabilizar por uma criança que foi desassistida nessa fase da vida?

Encerro o presente trabalho reforçando a importância de um espaço seguro onde a criança possa testar suas hipóteses sem medo e perigo, de uma criação familiar que respeite a individualidade e as peculiaridades desse sujeito e de uma Educação Infantil que instigue o desenvolvimento da autonomia desse ser, utilizando de abordagens pedagógicas participativas para fazer desse sujeito não só coadjuvante dessa etapa, mas sim o centro de toda ela.

REFERÊNCIAS

A INVENÇÃO DA INFÂNCIA. Gênero: Documentário. Diretor: Liliana Sulzbach. Duração: 26 min. Ano: 2000. Formato: 16mm. Brasil. Colorido. YouTube, 01 de Nov. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sRnSLQIgS3g>. Acesso em: 03 de Mai. 2024.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **De 2019 para 2022, trabalho infantil aumentou no país.** Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais&sa=D&source=docs&ust=1709170663532740&usg=AOvVaw162kzgDEm7xVxk2xzxaDx8>. Acesso em: 03. Mai. 2024.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **24/8 – Dia da Infância.** Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/24-8-dia-da-infancia-4/#:~:text=Comemorado%20em%2024%20de%20agosto,educacionais%20das%20crian%C3%A7as%20no%20mundo.>. Acesso em: 04. Mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Decreto. 4.867. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 7/11/1924, Página 23665. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4867-5-novembro-1924-566474-publicacaooriginal-90038-pl.html#:~:text=Fica%20instituido%20o%20dia%2012,ARTHUR%20DA%20SILVA%20BERNARDES>. Acesso em: 04. Mai. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 29. Abr. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28. Abr. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 03. Mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acesso em: 17. Mai. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** (RCNEI). Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASEL COLLABORATIVE FOR ACADEMIC SOCIAL AND EMOTIONAL LEARNING. **O que é a estrutura CASEL?.** [s.l.: s.d.] Disponível em:<https://casel.org/fundamentals-of-sel/what-is-the-casel-framework/#:~:text=The%20CASEL%205%20addresses%20five,%2C%20and%20responsible%20decision%2Dmaking.>. Acesso em: 08. Abr. 2024.

CENTRO MARISTA. **Por que comemoramos o dia das crianças em 12 de outubro?**. Disponível em: <https://www.xn--direitosdascrianas-nvb.com.br/noticias/interna/por-que-comemoramos-o-dia-das-criancas-em-12-de-outubro#:~:text=As%20estrat%C3%A9gias%20comerciais%20deram%20certo,as%20vendas%20de%20produtos%20infantis.>. Acesso em: 01. Jun. 2024.

CRIANÇA. In: Dicio, dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/crianca/>. Acesso em: 01. Mai. 2024

CURY, C. R. J.. (2019). Homeschooling ou Educação do Lar. **Educação Em Revista**, v. 35, e219798. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698219798>. Acesso em: 01. Jun. 2024.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia da Educação.** São Paulo: Cortez, 2. ed. 1992.

ARANHA, M L de A. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

KOLYNIAK FILHO, C. **Motricidade e aprendizagem:** algumas implicações para a educação escolar. Pepsic: Periódicos de Psicologia, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542010000200005#:~:text=A%20motricidade%20refere%2Dse%2C%20portanto,%2C%20afetividade%2C%20emo%C3%A7%C3%A3o%2C%20racioc%C3%ADnio.>. Acesso em: 04. Abr. 2024.

FREIRE, M M de L; LEONY, V da S. A caridade científica**:** Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.199-225. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pMzXR6Xv9xBJgG9gyc4ZrZv/#t>.. Acesso em: 18. Mar. 2024.

G1. **Com mais de 1.200 crianças fora das creches municipais, Câmara de Natal discute falta de vagas.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2024/03/21/com-mais-de-1200-criancas-fora-das-creches-municipais-camara-de-natal-discute-falta-de-vagas.ghtml>. Acesso em: 29. Mai. 2024.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de sua identidade:** perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo. Curitiba: Editora CRV, 2016.

INFÂNCIA. In: Dicio, dicionário online de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/infancia/>. Acesso em: 08. Fev. 2023

INFÂNCIA. In: Gama Kury, minidicionário de Língua Portuguesa. 2. ed. São Paulo: FTD, 2010.

INFÂNCIA. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível em:https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inf%C3%A2ncia/#:~:text=1%20Per%C3%ADodo%20da%20vida%2C%20no,tema%20central%20de%20sua%20obra. Acesso em: 08. Fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** - PNAD Contínua 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8100b5c6e47300b5b9596ced07156eda.pdf>. Acesso em: 02. Mai. 2024

JACOMÉ, P. da S. **CRIANÇA E INFÂNCIA:** uma construção histórica. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/42567/3/crian%C3%A7aInfanciaContruc_Monografia_2018.pdf>. Acesso em: 08. Jun. 2024.

MALVA, Pamela**. Agressões, abandono e solidão:** a triste e inspiradora saga de Mary Ellen Wilson. Aventuras na História, 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/agressoes-abandono-e-solidao-triste-e-inspiradora-saga-de-mary-ellen-wilson.phtml>. Acesso em: 15. Abr. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Bolsonaro assina projeto que regulamenta educação domiciliar.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/educacao-domiciliar#:~:text=%E2%80%9CO%20fen%C3%B4meno%20homeschooling%2C%20ou%20seja,direito%20seja%20exercido%E2%80%9D%2C%20destaca.>. Acesso em: 01. Jun. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Primeira Infância**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia#:~:text=A%20primeira%20inf%C3%A2ncia%20%C3%A9%20o,da%20inicia%C3%A7%C3%A3o%20social%20e%20afetiva>. Acesso em: 06. Ago. 2024.

MOSTRA DE CINEMA INFANTIL. **Virando Gente.** YouTube, 12 de Mai. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QL8FGPJHy7g>. Acesso em: 01 de Fev 2024.

NARODOWSKI, Mariano. **Infância e poder:** A confrontação da pedagogia moderna. Tese de doutorado em educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/71898>. Acesso em: 12 de Dez. 2023.

ONU — Organização das Nações Unidas**. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acesso em: 13. Abr. 2024.

PANCINO, Claudia; SILVERIA, Lygia. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na Idade Moderna. **Cadernos de História da Ciência**, v. 6, n. 1, p. 179-212, 2010. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/cadernos/article/view/35787/34172>. Acesso em: 15. Nov. 2023.

PORTILHO, G. **Coordenação motora:** como ela se desenvolve por idade. Revista Crescer, 2015, atualizada em 2021. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Bebes/Desenvolvimento/noticia/2015/07/coordenacao-motora-como-ela-se-desenvolve-por-idade.html>. Acesso em: 07. Abr. 2024.

PREFEITURA DE CASCAVEL. **Programa de formação continuada e permanente dos trabalhadores da rede de proteção social básica do município de Cascavel**: Família, Infância e Proteção Social Básica. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/03032017_modulo_01_finalizado.pdf>. Acesso em: 27 de Jan 2024.

ROSSATO, L. A. ; LÉPORE, P. E. ; CUNHA, R. S. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Comentado artigo por artigo, v. 10, p. 65, 2014. Disponível em: <https://juspodivmdigital.com.br/cdn/arquivos/jus1930_previa-do-livro.pdf>. Acesso em: 15 de Jan. 2024.

DECLARAÇÃO de Genebra. Fundo das Nações Unidas para a Infância, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf>. Acesso em 16. Abr. 2024.

DECLARAÇÃO dos Direitos da Criança. Fundo das Nações Unidas para a Infância, [s.d.] Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf>. Acesso em: 17. Abr. 2024.

DESENVOLVIMENTO Infantil. Fundo das Nações Unidas para a Infância, [s.d.] Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/desenvolvimento-infantil>. Acesso em: 07. Abr. 2024.

HISTÓRIA dos direitos da criança. Fundo das Nações Unidas para a Infância, [s.d.] Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 17. Abr. 2024.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As crianças e as idades da vida. In: **HISTÓRIA da Vida Privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p. 72-95. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/38082>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de; BARBOSA, Marcos (Trad.). **O pequeno príncipe.** 48. Rio de Janeiro: Agir, 2006, 93 p.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. **Roda dos expostos**. Disponível em: <https://www.santacasasp.org.br/portal/museu-curiosidades/#:~:text=RODA%20DOS%20EXPOSTOS%20(1825%20%E2%80%93%201961)&text=Formada%20por%20uma%20caixa%20dupla,no%20muro%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20caridosas>. Acesso em: 13. Mai. 2024.

SBARDELOTTO, L.; FERREIRA, D.; PERES, M. I. L.; OLIVEIRA, A. M. M. de. A Constituição do sujeito na psicanálise. **Akrópolis Umuarama**, v. 24, n. 2, p. 113-129, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235577814.pdf>. Acesso em: 30 de Jan de 2024.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS - SSP/AL. **Mapa da violência contra mulher - 2021.** Disponível em: <http://mulhersegura.seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Mapa-da-Viol%C3%AAncia-Contra-a-Mulher-Alagoas-2021.pdf >. Acesso em: 29. Mai. 2024.

SIGNIFICADOS. **Significado de infância.** Disponível em: <https://www.significados.com.br/infancia/>. Acesso em: 08. Fev. 2023.

TIRONI, Sara. **Criança, participação política e reconhecimento**. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/prjRkcjHrjzgtNcgKsLRvCG/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 06. Abr. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Brasil: 178 mil crianças não frequentam a pré-escola por dificuldade de acesso. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/178-mil-criancas-nao-frequentam-a-pre-escola-por-dificuldade-de-acesso/. Acesso em: 27. Mai. 2024.

TRIBUNA HOJE. **Alagoas já registrou 1.100 casos de violência contra a mulher em 2024.** Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/02/15/133836-alagoas-ja-registrou-1100-casos-de-violencia-contra-a-mulher-em-2024>. Acesso em: 30. Mai. 2024.

TV SENADO. Ao vivo: **Comissão de Educação debate o ensino domiciliar** – 4/12/23. YouTube, 04 de Dez. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8eOY3he-Cb0&t=3357s>. Acesso em: 06 de Abril de 2024.

UNIMED CAMPINAS. **Pré-natal:** saiba o que é e quando começar os exames da gravidez. Disponível em: <https://www.unimedcampinas.com.br/blog/viver-com-saude/pre-natal-saiba-o-que-e-e-quando-comecar-os-exames-da-gravidez#:~:text=Para%20fazer%20um%20bom%20pr%C3%A9%2Dnatal%2C%20%C3%A9%20de%20suma%20import%C3%A2ncia,28%C2%AA%20e%20a%2036%C2%AA%20semana).>. Acesso em: 10. Jan de 2024.